

# RELATÓRIO E CONTAS



2021

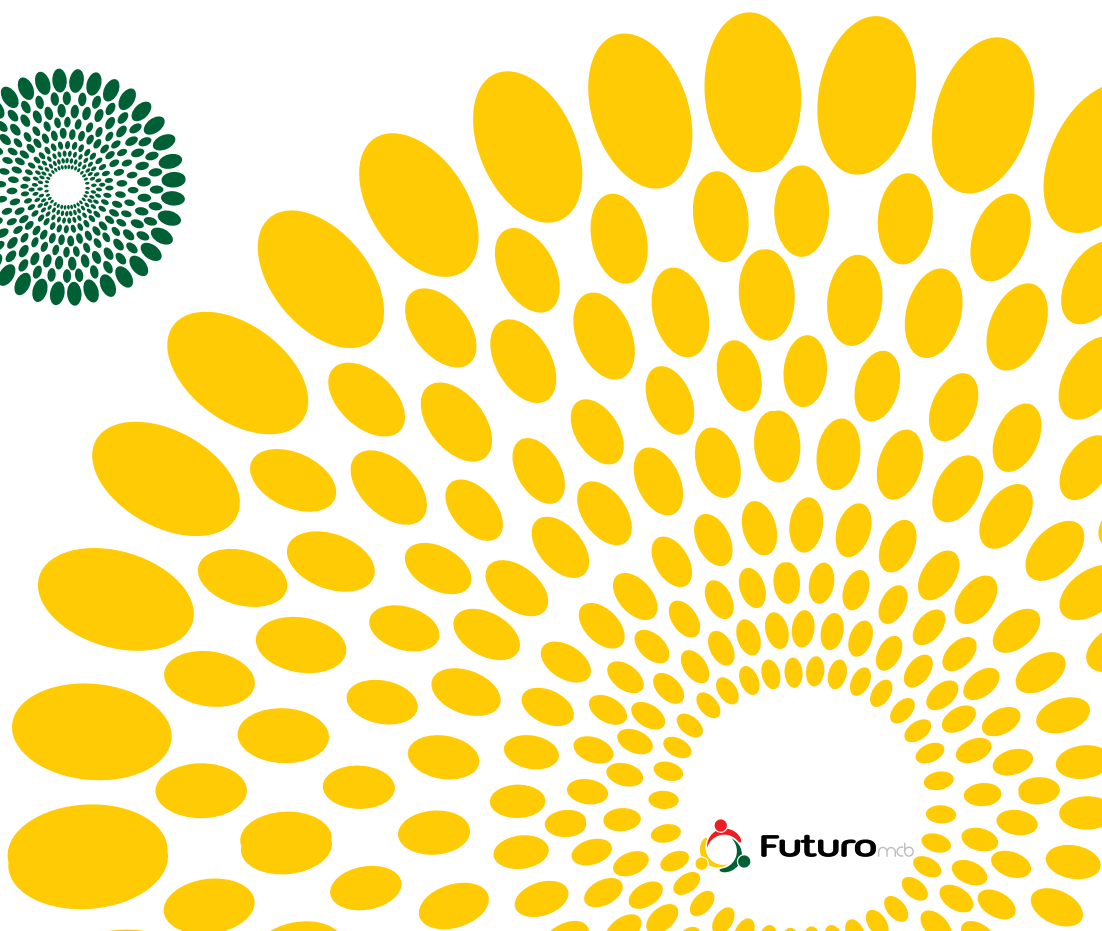
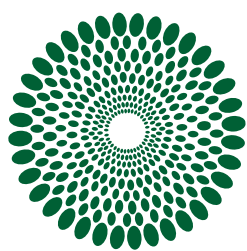


**Futuro** mcb

# ÍNDICE



1. Relatório de Gestão	2
2. Relatório do Auditor Independente	19
3. Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro em 2021	24
4. Demonstração do rendimento integral em 31 de Dezembro em 2020 e 2021	26
5. Demonstração das variações em capital próprio em 31 de Dezembro de 2021	28
6. Demonstração de fluxos de caixa para o período em 31 de Dezembro de 2021	30
7. Notas explicativas às demonstrações financeiras	32
8. Anexo à circular n.º 3/SHC/20 07	80
9. Relatório e Parecer do Fiscal Único	85

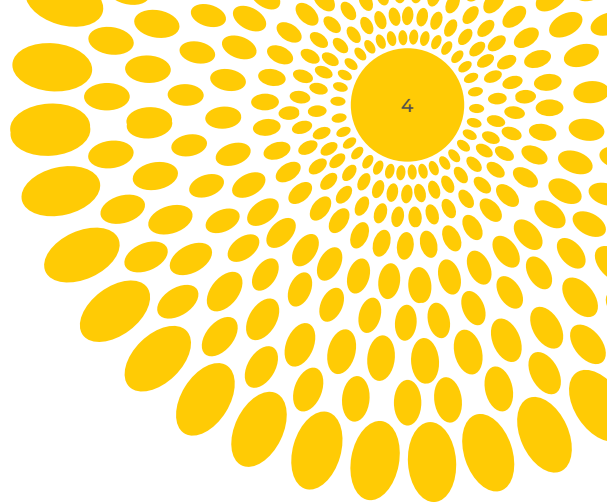




**01.**

**RELATÓRIO  
DE GESTÃO**

# GESTÃO



## 1.1 Introdução Conjuntura operacional

O Futuro, MCB, S.A. (“Futuro ou Banco”) é uma instituição de microfinanças estabelecida em Nampula, em 2017 para atender à demanda de inclusão financeira dos grupos vulneráveis e de baixa renda, especialmente mulheres microempresárias no norte de Moçambique. O Futuro está comprometido com a política de inclusão financeira do Governo de Moçambique e com a Agenda 2030 da ONU para o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Futuro beneficia do apoio do governo suíço, através da Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC), no âmbito da sua colaboração com o Governo de Moçambique e com o Banco de Moçambique, sustentando os esforços nacionais de construção de um sistema financeiro mais inclusivo, nas áreas rurais e urbanas nas quais a população sem acesso aos serviços bancários é elevada.

No presente exercício, o prolongamento da pandemia da COVID-19 e o aparecimento de novas variantes desta doença, continuou a impor aos países desafios sem precedentes, exigindo respostas rápidas a grandes interferências não somente na saúde como na actividade socioeconómica, através de mecanismos de protecção social para preservar as populações mais carenciadas e vulneráveis. Na área da saúde a prioridade absoluta continuou centrada em salvar vidas através do acesso a vacinas, assegurando o cumprimento das condições logísticas e administrativas indispensáveis à realização de campanhas de vacinação mais abrangentes. Na perspectiva económica, as políticas macroeconómicas implicaram a aplicação de medidas mais difíceis, visando proteger o sector empresarial e agregados familiares através da criação de condições de sustentabilidade das suas dívidas. Estas medidas traduziram-se, entre outras, na reestruturação dos créditos, congelamento de taxas de juro, dilatação de períodos de carência dos empréstimos, redução ou até eliminação de comissões bancárias em certas transações, suspensão de juros de mora.

A acrescer aos eventos não favoráveis, os choques climáticos contribuíram para aumentar a volatilidade dos preços das commodities, e aumentar as desigualdades e tensões sociais.



## 1.2 Economia Global

As previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI) projetam uma expansão das economias globais em 4,4%, com a implementação da vacina para a prevenção das manifestações mais graves em relação

aos sintomas da pandemia da COVID-19 e a implementação de reformas de incentivo aos investimentos essenciais para sustentar a recuperação da economia. Em relação às economias de mercados emergentes e em desenvolvimento, previa-se a manutenção de níveis de recuperação consideravelmente mais baixos. As perspectivas económicas regionais para a África subsaariana, em particular, o crescimento projectado foi de 3,4%, como resultado da falta de acesso às vacinas e espaço limitado para a aplicação de políticas que apoiem uma resposta à crise e a recuperação.

O FMI destacou que a inflação pelo mundo deve continuar elevada no curto prazo, pois deve registrar uma média de 3,9% em economias avançadas e 5,9% em mercados emergentes e países em desenvolvimento. Mas o Fundo apontou que os índices de preços devem desacelerar em 2023, o que pode ocorrer especialmente por causa do maior controle da pandemia, redução das rupturas das cadeias internacionais de produção, aperto da política monetária por diversos bancos centrais e um reequilíbrio da demanda do público, com menor compra de mercadorias e maior procura por serviços.

Nas economias em desenvolvimento, o Banco Mundial tem estado mais activo na resposta à crise, mobilizando-se rapidamente para prestar o apoio aos países, fornecendo insumos essenciais visando reduzir a perda de vidas e a evitar que as dificuldades económicas se acentuem, bem como assegurar a protecção dos ganhos do desenvolvimento ora conquistados. Neste contexto, o principal objectivo de intervenção do Banco Mundial assenta na melhoraria das condições, tanto imediatas quanto de longo prazo, para as populações mais pobres e mais vulneráveis, através da transferências em dinheiro e em espécie para os agregados familiares; implementação de medidas de desenvolvimento centradas nas comunidades; garantias para instituições de microfinanças; recapitalização das instituições de microfinanças com apoio da IFC; crédito da IFC para instituições de microfinanças, etc., cumprindo desta forma com a sua missão de reduzir a pobreza e impulsionar a prosperidade compartilhada.

Perante o cenário de muitas incertezas derivadas pelos efeitos deixados pandemia da COVID-19, exacerbado pelos efeitos das alterações climáticas que afetam a actividade económica e os agregados familiares, em 2022 continuaram a aumentar as preocupações sobre o risco associado ao acúmulo de dívida e sobre a sustentabilidade da mesma, estimulando-se as organizações a avaliar os seus planos para mitigar eventos ou condições que pudessem lançar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar a operar, particularmente, no que se refere à disponibilidade de fontes de financiamento.



### **I.3** **Conjuntura doméstica**

Em Moçambique, o prolongamento da pandemia da COVID-19 no exercício de 2021 e a consequente manutenção das medidas restritivas, arrastou efeitos nefastos para actividade económica e social, em geral, afetando o desempenho operacional das organizações. No entanto, no mesmo exercício, o governo implementou o plano de resposta aos impactos da COVID-19, que visou assegurar o apoio social e o reforço da resiliência dos agregados familiares em situação de pobreza e vulnerabilidades expostos aos efeitos da pandemia. Este plano incluía a realização de pagamentos adicionais aos beneficiários actuais

do programa subsídio social básico, do programa acção social productiva e do programa de apoio social directo (Cesta básica). Adicionalmente, ainda no plano de resposta à pandemia, o país lançou com sucesso o plano de vacinação contra a COVID-19, contando actualmente com cerca de 41% da população totalmente vacinada (dados de 23 de Março corrente).

Em relação às mudanças climáticas em 2021, as regiões Centro e Norte de Moçambique, foram afligidos por eventos climatéricos extremos com destaque para os ciclones “Eloise” e “Guambe”, além de chuva intensa, inundações e um número considerável de população deslocada em condições de vulnerabilidade devido aos efeitos climáticos.

Além dos factores calamitosos acima referidos e que contribuíram sobremaneira para a desaceleração da recuperação da economia a nível doméstico, o início do segundo trimestre de 2021, foi marcado pela evolução dos ataques armados contra civis, infraestruturas económicas e governamentais, protagonizados por grupos terroristas, nos distritos de Palma e Mocimboa da Praia, na província de Cabo Delgado, regiões circunvizinhas em que decorrem as operações petrolíferas da Área 1 e 4. Esta situação determinou a suspensão de todas as actividades naquela região, aumentando as incertezas sobre a continuidade de diversos investimentos, o aparecimento de um número crescente de população deslocada, a intervenção de organizações humanitárias, incluindo a declaração de estado de guerra naquela região, à luz do disposto na Constituição da República de Moçambique, bem como o lançamento de apelo ao Conselho de Segurança da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) para intervenção militar, incluindo o Ruanda, país da África Oriental. A força conjunta da SADC, incluindo Ruanda, iniciou em Julho de 2021 as suas ofensivas militares, que culminaram com a recuperação dos distritos de Palma e Mocimboa da Praia, em 10 de Agosto do mesmo ano, estando em curso esforços do governo no sentido de repor a vida socioeconómica à normalidade, incluindo a criação de condições para a retoma a curto prazo das operações petrolíferas.

No domínio da conjuntura económica, o Instituto Nacional de Estatística (INE) indica que a inflação acumulada de Janeiro a Dezembro do ano de 2021 situou-se em 6.74% cerca de 3.22 pontos percentuais (pp) acima do registado em igual período de 2020. Os dados do Banco de Moçambique indicam que o mercado monetário interno para maturidade de um ano, no período em análise, apresentou uma taxa média de juros situada em 20.08%, nas operações activas e cerca de 7.53% nas operações passivas. O comportamento do Metical, ao longo do IV Trimestre de 2021, face ao Trimestre homólogo, foi marcado pela depreciação, tendo sido o Euro, o Dólar e o Rand Sul-africano transacionados em média por 72,98MT, 63,82MT e 4,14MT, respectivamente.

O Produto Interno Bruto (PIB) apresentou uma variação positiva de 3,32% no IV Trimestre de 2021 quando comparado ao mesmo período do ano 2020, perfazendo um crescimento acumulado de 2,16%, sendo atribuído o maior impulso à actividade económica ao sector primário, que cresceu em 4,6%, com destaque para a indústria mineira, seguida pelo ramo da agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal. Trata-se, sem dúvida, de um sinal de recuperação da economia face à crise provocada pela pandemia da COVID-19 em 2020.

Num olhar para o futuro, perspectiva-se um crescimento da economia global em cerca de 4,4% para o ano 2022 e que a economia moçambicana recupere ligeiramente, crescendo a uma taxa de 2,9%, justificado pela melhoria da implementação das medidas de prevenção e do controlo dos níveis de infecção pela COVID-19, influenciada pelo processo de imunização através da vacina. No entanto, importa referir que estas projecções foram realizadas antes da escalada do cenário de guerra entre Rússia e Ucrânia, iniciada em Fevereiro de 2022, que pode ter repercussões na conjuntura macroeconómica global, desacelerando o crescimento económico projectado, devido ao aumento da volatilidade dos preços das commodities.

Ainda perspectivando o ano 2022, em resultado das negociações iniciadas em Janeiro de 2022 entre o governo de Moçambique e o Fundo Monetário Internacional, espera-se a retoma do apoio ao Orçamento Geral do Estado, depois do corte verificado em 2016, na sequência da descoberta das “dívidas não declaradas”. Adicionalmente, com a chegada, em Janeiro de 2022, da plataforma flutuante “Coral Sul FLNG”, para produção de gás natural liquefeito de águas profundas perspectiva-se um crescimento económico nacional com o arranque da produção projectada para Junho de 2022.

Ao nível da província de Nampula as perspectivas do Plano Económico e Social, vertidas no Orçamento do Conselho Executivo Provincial para 2022, bem com as opiniões de alguns analistas, baseadas em experiências do potencial económico da província, indicam que Nampula registará um crescimento em diversos sectores de actividade, em particular no sector agrário, sendo uma das prioridades do governo a operacionalização do Plano Operacional de Comercialização Agrícola (POCA).



## I.4 Propósito, Visão e Missão

Garantir um futuro melhor para micro e pequenos empresários e agricultores é o propósito do Futuro.

A visão do Futuro é tornar-se um provedor líder de serviços financeiros para micros e pequenos empresários e agricultores.

A missão do Futuro é oferecer uma gama de soluções financeiras para micro e pequenos empreendedores de forma inclusiva, responsável e sustentável.



## I.5 Modelo de Negócios e Valores

Nosso modelo de negócios é inclusivo, responsável e sustentável em linha com os princípios dos nossos accionistas a Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC) e a Hollard Moçambique que apostam em iniciativas para um sector financeiro mais inclusivo:

**Inclusivo:** Oferecer produtos de crédito, poupança e seguros em áreas rurais e urbanas carentes onde a demanda é maior, como foco em produtos financeiro para empreendedores, independentemente de género, educação, etnia ou orientação sexual.

**Responsável:** Preservar a saúde financeira de nossos clientes por meio de educação financeira e oferecendo produtos de crédito produtivo e orientado com princípios de proteção ao cliente.

**Sustentável:** Futuro aborda as demandas e ofertas por produtos financeiros inclusivos, por meio de um modelo de parceria público-privada (PPP) que combina experiência em microfinanças e iniciativas do setor privado com investimento socialmente responsável dos acionistas que apoiam o duplo resultado final, financeiro e social.



## I.6 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Futuro está empenhado em apoiar a Agenda 2030 da ONU e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), contribuindo para a política de inclusão financeira do Governo de Moçambique. Alinhado à Estratégia de Sustentabilidade e potencializando o compromisso em gerar valor aos seus stakeholders, o Futuro prioriza 8 ODS, que reforçam o comprometimento em alinhar os negócios à agenda 2030, acompanhando o impacto e a contribuição para as metas da sociedade e o seu progresso na implementação dos Princípios de Responsabilidade Bancária.

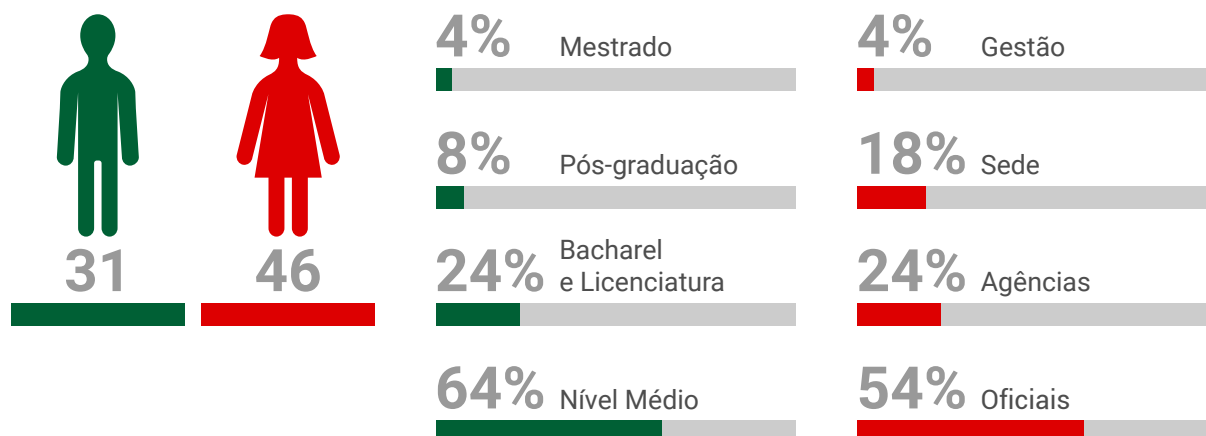


## I.7 Capital Humano

Para conseguir alcançar os objectivos de médio e longo prazos o Futuro conta uma cultura organizacional pautada na ética, transparência e respeito às pessoas e uma forte política de formação, dos colaboradores no sentido de formar e reter pessoal qualificado e talentoso fazendo a diferença. O Futuro busca ser um lugar desejado por profissionais de alta performance para viverem seu presente e construir seu futuro.



Conta uma equipa de 77 colaboradores e tem uma estrutura interna aberta e acessível para promover interações entre diversas equipas e níveis de gestão. O Futuro aprimora as competências essenciais e transformadoras dos colaboradores com o objetivo de tornar viável sua estratégia de negócios. Durante o ano 2021 o Futuro promoveu formação para 100% dos colaboradores em 14 diferentes módulos de treinamentos. Cada colaborador participou de no mínimo 4 sessões de treinamento durante o ano.



## I.8 Ênfase estratégico

As previsões do Plano de Negócio indicavam que o Futuro atingiria em 2021, seu 4º ano de existência, o ponto de equilíbrio financeiro. Apesar dos acontecimentos extraordinários provocados pela pandemia da COVID-19, que determinaram a tomada de medidas de resposta também excepcionais, nomeadamente a reestruturação e reprogramação de alguns créditos de clientes, mediante a revisão das taxas de juros e extensão do período de carência, o ano 2021 foi positivo, o que confirma o crescimento estratégico projectado. O Futuro prevê continuar a usar a inovação tecnológica, os canais alternativos de atendimento e agentes bancários como o principal suporte para sustentar o crescimento de seus clientes e dos seus negócios.



## I.9 Parcerias estratégicas

No exercício de 2021, o Futuro firmou parcerias estratégicas com outras instituições em projetos de interesse comum.

Em parceria com a Swisscontact, através do projeto COVID-19 Private Sector Engagement & Partnership Fund que teve como tema mitigar os efeitos económicos prejudiciais da COVID-19 nos microempresários moçambicanos, o Futuro qualificou mais de cinquenta microempreendedores com educação financeira, capacitação empresarial e financiou a recuperação de negócios por meio de empréstimos.

Com o suporte da Technosrve, através do programa WIN (WOMEN IN BUSINESS) financiado pela Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (SIDA), o Futuro redesenhou seu programa de educação financeira que tem o objetivo transferir habilidades em educação financeira para mais de 3.000 empreendedores rurais e urbanos com foco especial nas mulheres.

Em parceria com a Hollard Moçambique o Futuro tem oferecido aos seus clientes produtos de proteção contra riscos diversos, através de um portfólio de produtos de seguros e micro seguros adaptados a segmento de cliente e mercado em que atuamos.

O Futuro beneficiou-se do empréstimo accionista concedido pela Hollard Moçambique, no montante de 22.8 milhões de Meticais, como aumento da liquidez para suportar o crescimento da carteira de crédito, além do apoio financeiro programático, em forma de donativo, proveniente do acionista a Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação, no montante 35.2 milhões de Meticais para suportar os efeitos da pandemia da COVID-19; a gestão do Banco; a formação da equipa de colaboradores; as ações de marketing; e as inovações tecnológicas

O Futuro está expandindo os seus serviços com o objectivo de ampliar as actuais vantagens competitivas em várias dimensões. A visão de construção de um sistema financeiro mais inclusivo, nas áreas rurais e urbanas, nas quais a população sem acesso aos serviços bancários é elevada, sustenta também, nesta fase da pandemia da COVID-19, os esforços das instituições que visam a implementação de medidas de desenvolvimento centradas nas comunidades, a partir de créditos ou recapitalização através das instituições de microfinanças viradas para a redução da pobreza e impulsionar a prosperidade compartilhada. Neste âmbito, o Futuro está em negociação uma linha de financiamento de USD 2 milhões a ser concedida pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (IFAD).

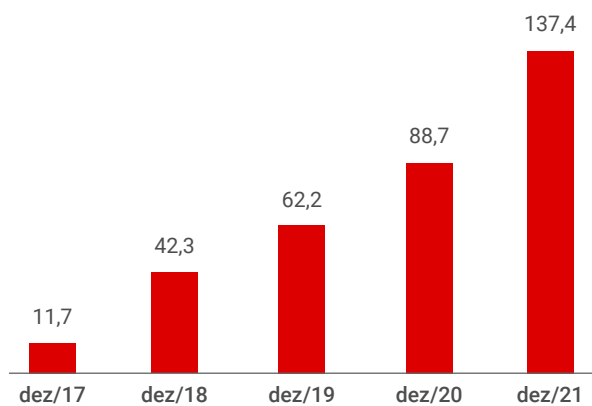


## I.10 Evolução da Carteira de Crédito e Depósitos

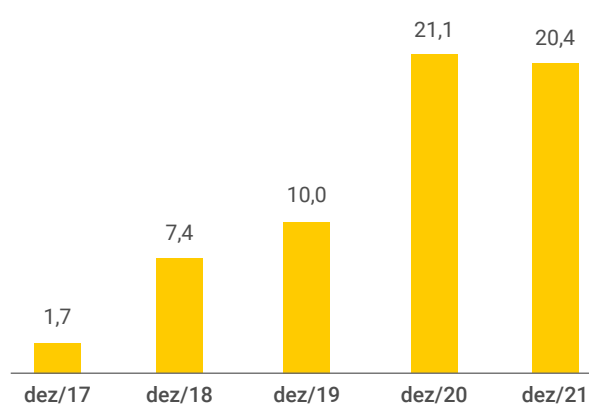
Em 2021 o Futuro registou um crescimento considerável da exposição bruta da carteira de crédito a clientes em 55%, perfazendo um crescimento de 48.7 milhões de Meticais, atingindo um total de 137.4 milhões de Meticais de crédito a clientes, fruto da implementação do plano estratégico e do suporte financeiro dos acionistas e apoiadores.

A captação de depósitos decresceu 3% em 2021 face aos 21.1 milhões de Meticais registados em 2020, devido aos efeitos da pandemia da COVID-19, totalizando 20.4 milhões de Meticais composta pelos Depósitos à Ordem e Fundos de Garantia depositados pelos clientes da Carteira de Crédito.

### Evolução da Carteira de Créditos



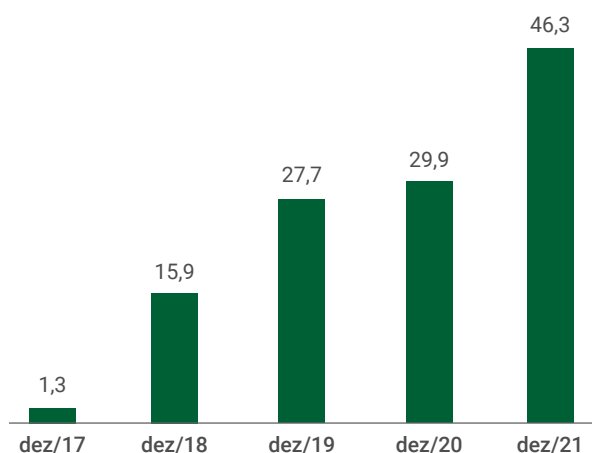
### Evolução da Carteira de Depósitos



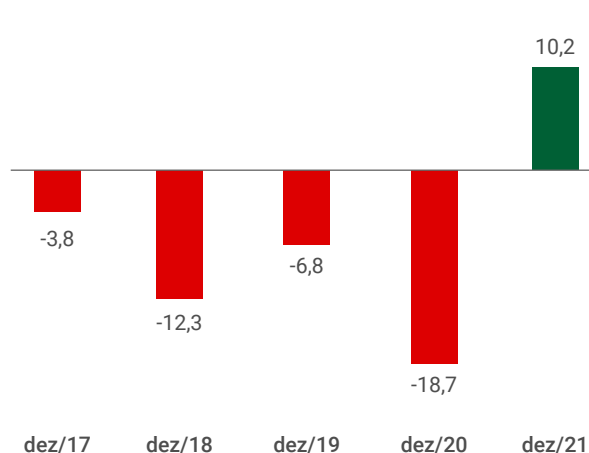
## I.11 Resultados

A margem de intermediação financeira também registou um aumento considerável no exercício de 55% (contra apenas 8% registados em 2020), ao passar de 29.9 milhões de Meticais em 2020 para 46.4 milhões de Meticais em 2021. Assim, o presente exercício foi marcado pela concretização do equilíbrio do Futuro ao alcançar um resultado positivo de 10.2 milhões de Meticais.

### Evolução da Margem Financeira



### Evolução do Lucro/Prejuízo Líquido





## 1.12 Eventos subsequentes

Após a data da demonstração da posição financeira e até à data em que o conjunto de demonstrações financeiras foi aprovado para emissão, não houve eventos materiais que tenham ocorrido que necessitem de ajustamento nas demonstrações financeiras.

De referir, contudo, que, durante o mês de Fevereiro de 2022, teve início a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, tendo-se vindo a observar desde então impactos na conjuntura macroeconómica internacional e nacional, por via de uma desaceleração do crescimento económico bem como de um aumento generalizado da inflação, com especial destaque no aumento dos preços dos combustíveis.

Não obstante ser expectável que os impactos da guerra venham a gerar um aumento de custos associados a fornecedores e uma diminuição do rendimento disponível por parte da população moçambicana, as avaliações preliminares efectuadas não nos levam a considerar que existam impactos materiais que possam colocar em causa a continuidade do negócio. Deste modo, embora não seja possível nesta fase estimar concretamente os impactos da guerra na estrutura de custos e rentabilidade do negócio, não consideramos que os mesmos condicionem a continuidade operacional do negócio.



## 1.13 Governança corporativa

### Conselho de Administração

**Pierre Alexandre Strauss** - Presidente do Conselho de Administração

**Mirko Manzoni** - Director Independente

**Bruna Michael Dias Gomes Quintas** - Directora

**Israel Muchena** - Director

**Norbert Jacques Emile Fuchs** - Director

**Klaus Maurer** - Director

**Eduardo A. Lucchesi** - Director

### Fiscal Único

**Loide Carolina Mudanisse** - Fiscal Único

### Direcção Executiva

**Eduardo A. Lucchesi Reis** - Administrador Delegado

## Caracterização Geral

---

**Designação Social:** Futuro Mcb, S.A.

---

**Sede:** Nampula

---

**Sigla:** Futuro

---

**E-mail:** eduardo.lucchesi@futuromcb.com

---

**Telefones:** +258 843140799

---

O Futuro possui os seguintes órgãos sociais: a Assembleia-geral de Accionistas, o Fiscal Único, o Conselho de Administração e a Direcção Executiva. Possui ainda as seguintes comissões: a Comissão de Crédito, a Comissão de Risco Operacional e a Comissão de Activos e Passivos.

O Futuro tem uma estrutura de governo transparente que garante uma distinção clara entre as funções do Conselho de Administração e da Direcção Executiva. As funções do Conselho de Administração resumem-se à definição das políticas do Futuro, ao estabelecimento de uma supervisão forte e independente da Direcção Executiva em relação ao controlo das decisões tomadas. A Direcção Executiva possui a responsabilidade total sobre o negócio operacional no dia a dia (as decisões de gestão).

O Futuro, mantém uma boa relação com as autoridades reguladoras e fiscalizadoras da actividade bancária, com o intuito de assegurar que os requisitos são cumpridos na íntegra.



### 1.14. Auditoria interna

A auditoria interna reporta directamente ao Conselho de Administração. O departamento de Auditoria Interna é dotado dos recursos suficientes e recebe formação adequada. Tem um acesso ilimitado aos dados do Futuro e dos seus clientes. Os auditores têm poder e autoridade suficientes para poder levar a cabo as suas tarefas e obrigações. As funções, poderes e responsabilidades da Auditoria Interna estão documentadas no regulamento de Auditoria Interna tendo sido comunicadas e publicadas internamente, no Futuro.



### 1.15. Ética e Cultura organizacional

O código de ética e boa conduta, do Futuro, foi elaborado com vista a responsabilizar os colaboradores e facilitar a gestão na tomada de decisão.

O código do Futuro é composto por: valores éticos, responsabilidade pessoal, conflito de interesses, protecção de dados, relação laboral, política contra branqueamento de capitais, responsabilidade social e ambiental.



## 1.16. Gestão do Risco

### 1.16.1. A Política de Gestão de Risco no seu Contexto

O conteúdo das políticas e procedimentos do Futuro, deve servir como um mecanismo de defesa primário contra quaisquer riscos a que o Futuro esteja exposto e que podem levar a perdas financeiras ou de reputação.

Além da política de gestão de risco, o Conselho de Administração instaura procedimentos para lidar de forma eficiente com as exposições ao risco das diversas actividades em que actua.

O objectivo é conseguir uma melhor resposta ao risco, organizados de acordo com uma avaliação dos riscos.

O risco é inevitável, portanto, é necessário tomar medidas para gerir o mesmo até um nível tolerável. O valor do risco tolerável é um julgamento do Conselho de Administração e da gestão do Futuro.

São estabelecidas estruturas de controlo interno para garantir que são tomadas medidas adequadas assim que um risco individual “ultrapassa” o nível de risco aceitável.

### 1.16.2. Análise de Risco

As questões de risco são geridas de forma consistente em toda a organização e as inter acções dos vários riscos, bem como os impactos associados, devem ser entendidas e consideradas quando forem tomadas decisões estratégicas e táticas.

Todos os riscos são avaliados qualitativamente numa base recorrente e, quando adequado, a avaliação realizada inclui uma análise quantitativa.

Os colaboradores afectos à avaliação de risco, por exemplo, o gestor de riscos, a Auditoria Interna ou o controlo operacional, trabalham com a equipa operacional para identificar os riscos, de modo que a avaliação dos riscos por parte do Conselho de Administração ocorra numa base objectiva.

### 1.16.3. Risco de Crédito

O risco de crédito surge sempre que o Futuro está exposto a perdas por parte de um devedor, fiador ou contraparte que não consegue honrar as suas obrigações contratuais de dívida, conforme acordado e em tempo útil.

#### 1.16.4. Risco de Incumprimento de Crédito

O Futuro tem em conta o risco de que um mutuário seja incapaz ou não queira cumprir uma obrigação, resultando num efeito adverso nos resultados e capital do banco.

#### 1.16.5. Risco da Carteira de Crédito

É um risco que deriva quer de uma concentração de empréstimos que estão sujeitos a factores de risco comuns, quer de uma concentração significativa de grandes exposições.

#### 1.16.6. Risco Interbancário

É o risco de que um banco ao qual o Futuro está exposto (por exemplo, um empréstimo, garantia, depósito) entre em incumprimento, o que significa que é incapaz ou não quer cumprir uma obrigação, resultando num efeito adverso nos resultados e capital do Futuro.

Este tipo de risco também pode ser criado por um declínio na posição de crédito de um banco ao qual estamos expostos.

#### 1.16.7. Risco do Mercado

O Futuro, encontra-se exposto ao risco do mercado, no que concerne a imparidades, variações de taxa de câmbio, juros de créditos concedidos.

- a. Ser novo no mercado, tendo em conta o nível competitivo das instituições financeiras existentes.
- b. Enquadramento legal mudanças na regulamentação do Futuro.
- c. As mudanças climáticas poderão afectar os negócios dos clientes do Futuro

O Futuro segue integralmente as políticas de mensuração e reconhecimentos dos riscos previstas e estabelecidas pelo Banco de Moçambique através da Comissão de Activos e Passivos (CAP). A CAP é uma parte integrante da gestão do Futuro. Mudanças na liquidez do mercado e/ou nas taxas de juro expõem o Futuro ao risco de perda, que pode em casos extremos ameaçar a sua sobrevivência. Como tal, é importante que a Direcção Executiva, bem como o Conselho de Administração compreendam a existência de tal risco no balanço e assegurem que a estrutura do negócio do Futuro e que o nível de risco de balanço que assumem, são geridos efectivamente, que são estabelecidos políticas e procedimentos apropriados para controlar e mitigar estes riscos, e que estão disponíveis recursos para avaliação e controlo de risco de balanço.



## 1.17. Estratégia de Produtos e Fixação de Preços

Os produtos e serviços oferecidos pelo Futuro foram desenhados com um objectivo duplo, por um lado, o Futuro serve o segmento inferior do mercado e a sua missão é permitir o acesso deste grupo a serviços financeiros personalizados e acessíveis em termos de custos. Por outro lado, o Futuro consegue a sustentabilidade através de uma carteira de produtos orientada para o lucro.

É, pois, fundamental para a estratégia de produtos e fixação de preços que se permita um alto grau de flexibilidade para que a gestão possa ajustar os produtos e o seu preço de acordo com os resultados financeiros e as condições do mercado. Todavia, devem ser observados e mantidos alguns princípios básicos.

Os produtos de crédito geram rendimentos que garantem a existência de uma capacidade de reembolso suficiente.

Os preços são definidos pela CAP do Futuro. A CAP tem em consideração: a observância dos regulamentos, a necessidade de o Futuro combinar passivos e activos sensíveis às taxas, o custo dos fundos, em caso de um refinanciamento estrangeiro do risco cambial, um retorno dos activos aceitáveis, o factor de risco de um empréstimo e o custo de conceder um empréstimo.

### 1.17.1. Produtos de Crédito

O microcrédito é a principal actividade de crédito do Futuro e pode ser descrita como uma abordagem clássica de micro finanças em que, devido à fraca densidade populacional e aos elevados custos de transacção, o Futuro atribui uma parte significativa das tarefas operacionais do dia a dia aos Grupos de responsabilidade conjunta e solidária sem fins lucrativos.

Numa fase inicial, os empréstimos variam entre 6.000 a 30.000 MT e são garantidos pela responsabilidade conjunta de solidariedade e compromisso do Grupo. Os empréstimos são acessíveis apenas aos membros do Grupo.

Os empréstimos aos pequenos e médios empresários (PME) foram introduzidos durante o ano de 2019 no Futuro e o crédito varia entre 20.000 e 5.000.000 MT.



## 1.18. Estratégia de Acompanhamento de Operações de Crédito

### 1.18.1. Monitorização de Créditos sem Mora

Os créditos sem mora são acompanhados exclusivamente pelos Oficiais de Clientes responsáveis. O



Futuro pretende manter um contacto estreito com os seus clientes através de visitas ao terreno.

A visita de acompanhamento tem lugar entre 1 a 2 semanas após o desembolso com o propósito de verificar se o empréstimo está a ser utilizado para os fins acordados. A segunda visita de acompanhamento ocorre a meio da maturidade do crédito e a terceira visita de acompanhamento durante as últimas semanas para se preparar a modalidade de crédito seguinte (em caso de bom pagamento).

### 1.18.2. Monitorização de Créditos em Mora

A Comissão de Recuperação de Crédito (CRC) é responsável pela gestão dos créditos em mora do Futuro, e apoia o Oficial de Clientes no acompanhamento dos pagamentos em mora. De acordo com critérios específicos, esta comissão pode ser constituída pela gerência (a nível da sede e das agências), pelo director de operações e pelos Oficiais de Clientes. Os membros dependem do produto, dos valores dos empréstimos não pagos e do número de dias de atraso de um empréstimo.



## 1.19. Capital Social

O capital social do Futuro é de 107.800.000 MT, o qual é constituído por 154 acções de valor nominal de 700.000 MT cada. O mesmo encontra-se integralmente subscrito e realizado. A estrutura accionista em 31 de Dezembro de 2021 apresenta-se como se segue:

ACCIONISTAS	N. ACCÕES	% PARTICIPAÇÃO CAPITAL
Agência de Cooperação Suiça em Moçambique	98	63,64%
Hollard Moçambique Companhia de Seguros	54	35,06%
Futuro Mcb, S.A.	1	0,7%
Eduardo António Lucchesi Reis	1	0,7%
	<b>154</b>	<b>100,00%</b>

O Conselho de Administração na sua reunião realizada aos 13 de Abril de 2022 deliberou por unanimidade de votos aprovação e sem reservas, o do balanço patrimonial e as demonstrações financeiras relativas ao período de 1 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021, auditado pela Ernst & Young, Lda.

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido no valor de MT 10.261.577 seja transferido para resultados transitados.

O Presidente do Conselho de Administração, em nome de todo o Conselho de Administração, agradece a todos os Clientes pela confiança depositada no Futuro, a todos os Colaboradores pelo empenho e dedicação demonstrados durante 2021 e aos Accionistas pelo suporte à equipa de gestão, dedicação e tempo despendido durante este ano.

Os Administradores

Nampula, aos 13 de Abril de 2022

**Pierre Alexandre Strauss**

Presidente do Conselho de Administração

**Eduardo António Lucchesi Reis**

Administrador Delegado



**02.**

**RELATÓRIO DO AUDITOR  
INDEPENDENTE**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas do

**FUTURO MCB, S.A.**

### **Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras do Futuro MCB, S.A. ("Futuro"), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2021, a demonstração do resultado integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Futuro MCB, S.A. em 31 de Dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

#### **Bases para a Opinião**

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes do Futuro de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants) e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### **Outra Informação**

O Conselho de Administração é responsável pela “Outra informação”. A “Outra informação” compreende o Relatório anual da Administração conforme requerido no Código Comercial, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não cobre a “Outra informação” e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa “Outra informação”.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da “Outra informação” e, em consequência, considerar se essa “Outra informação” é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta “Outra informação”, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras**

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Futuro ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Futuro.

## Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- ▶ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Futuro;
- ▶ Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração;
- ▶ Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Futuro em continuarem as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que o Futuro descontinue as operações;

- ▶ Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

Comunicámos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é o Eduardo Caldas.

**ERNST & YOUNG, LDA.**

*Sociedade de Auditores Certificados*

*Representada por:*



Eduardo Jorge Creio da Costa Caldas (Auditor Certificado Nº 33)

Maputo, 20 de Abril de 2022



**03.**

**DEMONSTRAÇÃO DA  
POSIÇÃO FINANCEIRA**





## Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2021

BALANÇO	NOTAS	2021	2020
<b>Activos</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	3.270.609	3.586.959
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8	7.350.354	22.179.232
Aplicações em Instituições de Crédito	9	600.000	600.000
Empréstimos e adiantamento a clientes	10	130.673.608	84.721.447
Outros Activos	11	3.831.837	6.312.756
Activos tangíveis e activo de Direito de Uso	12	18.336.217	20.338.936
Activos intangíveis	13	62.421	325.088
<b>Total de activos</b>		<b>164.125.045</b>	<b>138.064.418</b>
<b>Passivos</b>			
Depósitos de clientes	14	20.448.618	21.151.757
Empréstimo de accionistas	15	24.871.391	0
Outros passivos	16	3.242.729	5.816.057
Credores e outros recursos	17	15.670.978	21.466.851
<b>Total de passivos</b>		<b>64.233.715</b>	<b>48.434.665</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital	18	107.800.000	107.800.000
Prémio de Emissão	18	23.782.500	23.782.500
Resultados transitados		(41.952.747)	(23.243.642)
Resultado do exercício		10.261.577	(18.709.105)
<b>Total de capital próprio e resultados transitados</b>		<b>99.891.330</b>	<b>89.629.753</b>
<b>Total do Passivo e de capital próprio</b>		<b>164.125.045</b>	<b>138.064.418</b>

Amore D. Paulo  
Técnico de contas

Pierre Strauss  
Presidente do Conselho de Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras, constantes nas páginas 33 a 78.



04.

DEMONSTRAÇÃO  
DO RENDIMENTO INTEGRAL



## Demonstração do rendimento integral em 31 de Dezembro de 2021

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	NOTAS	2021	2020
Juros e rendimentos similares	19	50.470.689	32.142.582
Juros e encargos similares	19	(4.073.790)	(2.151.617)
<b>Margem financeira</b>		<b>46.396.899</b>	<b>29.990.965</b>
Rendimentos de serviços e comissões	20	5.640.890	4.100.613
Encargos com serviços e comissões	20	(1.919.286)	(1.190.851)
<b>Serviços e comissões líquidas</b>		<b>3.721.604</b>	<b>2.909.762</b>
Operações financeiras líquidas	21	(3.481.381)	134.837
Outros rendimentos operacionais	22	36.314.761	24.866.693
<b>Rendimentos Operacionais</b>		<b>82.951.882</b>	<b>57.902.257</b>
Imparidade líquida do exercício	23	(7.864.958)	(2.286.477)
<b>Rendimentos Operacionais Líquidos</b>		<b>75.086.924</b>	<b>55.615.780</b>
Gastos com pessoal	24	(39.755.573)	(29.411.206)
Outros gastos administrativos	25	(20.610.543)	(36.536.885)
Outros gastos operacionais	26	(129.627)	(3.649.323)
Depreciações e amortizações	27	(5.021.236)	(4.727.471)
Reversão de provisões	28	691.632	0
<b>Total de Custos Operacionais</b>		<b>(64.825.347)</b>	<b>(74.324.885)</b>
<b>Lucro antes de impostos</b>		<b>10.261.577</b>	<b>(18.709.105)</b>
Imposto corrente	29	0	0
<b>Total do resultado integral do exercício</b>		<b>10.261.577</b>	<b>(18.709.105)</b>

Amone D. Paulo  
Técnico de contas

Pierre Strauss  
Presidente do Conselho de Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras, constantes nas páginas 33 a 78.



**05.**

**DEMONSTRAÇÃO  
DAS VARIAÇÕES  
EM CAPITAL PRÓPRIO**



## Demonstração das variações em capital próprio em 31 de Dezembro de 2021

	CAPITAL SOCIAL	PREMIO DE EMISSÃO	RESULTADOS TRANSITADOS	PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo a 01 de Janeiro de 2020	70.000.000		(23.243.642)		46.756.358
Aumento de capital social	37.800.000				37.800.000
Prémio de emissão		23.782.500			23.782.500
Prejuízo líquido do exercício				(18.709.105)	(18.709.105)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>107.800.000</b>	<b>23.782.500</b>	<b>(23.243.642)</b>	<b>(18.709.105)</b>	<b>89.629.753</b>
Aplicação do exercício anterior			(18.709.105)	18.709.105	
Lucro líquido do exercício				10.261.577	10.261.577
Saldo a 31 de Dezembro 2021	107.800.000	23.782.500	(41.952.747)	10.261.577	99.891.330

*Anual*  
**Amone D. Paulo**  
 Técnico de contas

  
**Pierre Strauss**  
 Presidente do Conselho de Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras, constantes nas páginas 33 a 78.



**06.**

**DEMONSTRAÇÃO  
DE FLUXOS DE CAIXA**



## Demonstração de fluxos de caixa para o período em 31 de Dezembro de 2021

	NOTAS	2021	2020
<b>Actividades Operacionais</b>			
Juros, comissões, trading de moeda e outros rendimentos recebidos		54.155.036	34.070.626
Juros, comissões e outros gastos pagos		(3.990.677)	(1.190.851)
Encargos com juros sobre locações		(2.002.399)	(2.151.617)
Pagamento a empregados e fornecedores		(60.605.199)	(72.134.397)
<b>Fluxo líquido proveniente de rendimentos e gastos</b>		<b>(12.443.238)</b>	<b>(41.406.239)</b>
Diminuições (aumento) em:			
Aplicações em instituições de crédito		-	-
Créditos a clientes		(48.238.638)	(25.217.956)
Outros activos		2.480.917	-
<b>Fluxo líquido proveniente de activos operacionais</b>		<b>(45.757.721)</b>	<b>(25.217.956)</b>
Aumento em:			
Recursos de Clientes		(703.139)	2.758.525
Outros Passivos		(8.183.724)	16.784.703
<b>Fluxo líquido proveniente de passivos operacionais</b>		<b>(8.886.864)</b>	<b>19.543.228</b>
<b>Fluxo líquido das Actividades operacionais</b>		<b>(67.087.823)</b>	<b>(47.080.967)</b>
<b>Actividades de Investimento</b>			
Aquisições de Activos Tangíveis e Intangíveis		(2.813.678)	(3.455.342)
Alienação de activos tangíveis e activos intangíveis		-	-
<b>Fluxo líquido das actividades de investimento</b>		<b>(2.813.678)</b>	<b>(3.455.342)</b>
<b>Actividades Financiamento</b>			
Pagamento de Passivos por Locação		(877.109)	(1.328.383)
Donativos		36.314.762	24.933.087
Empréstimos de Accionistas		22.800.000	-
<b>Fluxo líquido das actividades de financiamento</b>		<b>58.237.654</b>	<b>23.604.704</b>
Efeitos de alteração de taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes			
		(3.481.381)	290.549
Aumento de caixa e seus equivalentes	4	(11.663.847)	(26.931.605)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	25.766.191	52.407.247
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>4</b>	<b>10.620.963</b>	<b>25.766.191</b>

  
Amone D. Paulo  
Técnico de contas

  
Pierre Strauss  
Presidente do Conselho de Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras, constantes nas páginas 33 a 78.



**07.**

**NOTAS EXPLICATIVAS  
ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS**





## 1. Introdução

O Futuro encontra-se enquadrado no sector financeiro em específico microfinanças de acordo com a autorização do Banco de Moçambique. A sua constituição ocorreu em 08 de Maio de 2017 com o enquadramento de uma sociedade anónima com a sede localizada na cidade de Nampula.

Através do órgão regulador da actividade financeira moçambicana – Banco de Moçambique, em parceria com o Estado Moçambicano, o Futuro dispõe de apoio do Governo Suíço, por via da Agência Suíça para Desenvolvimento e Cooperação (SDC) tendo com vista o crescimento e amadurecimento do sistema financeiro moçambicano nas áreas rurais e urbanas onde no dias de hoje, 85% da população economicamente activa não tem acesso a este.

O Futuro tem como foco tornar-se líder na prestação de serviços e produtos de inclusão financeira de alta qualidade, acessível e adaptado às necessidades da população não abrangida e/ou com acesso limitado ao sector bancário e, especificamente, às micro e pequenas empresas (incluindo agricultores), na zona Norte de Moçambique. Esta entidade não se encontra integrada apenas com a sociedade moçambicana como também dispõe de diversas relações com outros países firmando cada vez mais o seu nome no mercado.

O incentivo do dia a dia do Futuro é de forma contínua promover o crescimento da economia em Moçambique e, igualmente a subsistência de diversas famílias, por via do acesso ao microcrédito de forma simples, rápida, simples e sem burocracia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de Abril de 2021 e serão submetidas à aprovação pelos accionistas em Assembleia Geral na mesma data. Na opinião da Direcção Executiva, estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações do Futuro bem como a sua posição financeira e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.



## 2. Principais políticas contabilísticas

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o disposto no Aviso nº. 4/GBM/2007, de 30 de Março de 2017, do Banco de Moçambique, e de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com o princípio do custo histórico e sem modificações pela aplicação do justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo de determinação das políticas contabilísticas a adoptar pelo Futuro, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas se basearem na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou em que os pressupostos e estimativas são significativos para as demonstrações financeiras, estão apresentadas na nota 3.

## 2.2. Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

### 2.2.1 Transacções em moeda estrangeira

#### (i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras estão mensurados na moeda do ambiente económico em que o Futuro opera, designada por moeda funcional, que é o Metical. Todos os valores são arredondados em Meticais. Salvo indicação explícita em contrário, o Metical é também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras do Futuro.

#### (ii) Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do Metical são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento e recebimento das transacções, bem como da conversão dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira à taxa de câmbio em vigor na data do balanço, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral, na rubrica Resultados de reavaliação cambial.

#### (iii) Taxas de câmbio

As taxas de câmbio utilizadas para converter os saldos expressos em moeda estrangeira com referência a 31 de Dezembro de 2021 foram as seguintes:

MOEDA	2021	2020
USD	63,83	74,90

## 2.2.2 Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique e OIC

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado.

## 2.2.3 Disponibilidades em outras instituições de crédito

As disponibilidades em outras instituições de crédito incluem os depósitos em outros bancos nacionais, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses.

## 2.2.4 Instrumentos Financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

### i. Data do reconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidos na data de transacção, ou seja, a data em que o Futuro se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Futuro torna-se parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

### ii. Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende do propósito para o qual o Futuro o adquiriu. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

### iii. Ganhos ou perdas do primeiro dia

Quando o preço da transacção diferir do justo valor de uma transacção observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluem apenas informação observada no mercado, o Futuro reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transacção e o justo valor (um rendimento ou gasto do primeiro dia) na demonstração dos resultados. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transacção e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração de resultados quando os “inputs” se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

#### **iv. Aplicações em instituições de crédito e empréstimos concedidos e adiantamentos**

São activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo e são reconhecidos ao custo amortizado, através dos seguintes critérios:

- Os activos financeiros são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter futuros fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros (SPPI) sobre o capital em dívida

#### **v. Empréstimos convertíveis**

O Futuro detém de um empréstimo convertível com a Hollard Moçambique – Companhia de Seguros, S.A.R.L. (actualmente faz parte da estrutura de accionistas) resultado da celebração do contrato de empréstimo datado de 03 de Maio de 2021 o qual se enquadra na categoria de empréstimo de curto prazo, no montante acordado de 22.800.000 MT à taxa de juros de 15,5% com término a 31 de Maio de 2022.

#### **vi. Passivos financeiros**

Após o reconhecimento inicial os depósitos e outros recursos financeiros de clientes e instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

#### **vii. Anulação do reconhecimento de activos e passivos financeiros**

##### **1. Desreconhecimento por modificação substancial de prazos e contratos**

O Futuro desreconhece um activo financeiro, tal como um empréstimo e adiantamento a um cliente, quando os termos e condições forem renegociados na medida em que, substancialmente, se torne um novo empréstimo, cuja diferença é reconhecida como um ganho ou perda do período, na medida em que uma perda por redução ao valor recuperável ainda não foi registada. Os novos empréstimos reconhecidos são classificados no Stage 1 para efeitos de determinação da ECL (Perda de Crédito Esperada), a menos que o novo empréstimo seja considerado POCI (Purchased or originated credit impaired).

A anulação do reconhecimento dos activos financeiros é efectuada quando:

- Mudança da moeda do empréstimo
- Introdução de um instrumento de capital
- Alteração na contraparte
- Se as alterações contractuais levarem a que o instrumento deixe de atender ao critério de SPPI

## 2. Desreconhecimento que não seja para modificação substancial do activo financeiro

Um activo financeiro é desreconhecido quando os direitos de receber fluxos de caixa dos activos financeiros tiverem expirado. O Futuro também desreconhece os activos financeiros se ambos tiverem transferido o activo financeiro e as transferências se qualificarem para o desreconhecimento.

O Futuro transfere o activo financeiro se:

- Transferiu os seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do activo financeiro, ou
- O Futuro retém os direitos sobre os fluxos de caixa futuros, mas assumiu uma obrigação de pagar, integralmente, o fluxo de caixa recebido, sem atrasos materiais, a terceiros sob um acordo entre as mesmas.

### viii. Juros, rendimentos e gastos similares

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e gastos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que corresponde à taxa que desconta, no momento do reconhecimento inicial, os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto, para a quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro. Para a determinação da taxa de juro efectiva, procede-se à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do investimento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), incluindo as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

### ix. Rendimentos provenientes de serviços e comissões

O Futuro obtém rendimentos de serviços e comissões prestados aos seus clientes. São obtidos à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas prestações de serviços tais como a concessão de crédito.

## 2.2.5 Justo valor de instrumentos financeiros

Quando o justo valor dos activos e passivos financeiros reconhecidos no balanço não pode ser determinado com base na cotação num mercado activo, a determinação é feita através da utilização de técnicas de avaliação que incluem a utilização de modelos matemáticos. Os inputs utilizados nos referidos modelos são baseados em informações disponíveis no mercado, contudo, sempre que tal não é praticável são efectuados julgamentos na determinação dos justos valores dos instrumentos financeiros.

O Futuro mede o justo valor usando a seguinte hierarquia de justo valor que reflecte a importância dos inputs utilizados na mensuração:

**Nível 1:** Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos, para os activos e passivos identificáveis.

**Nível 2:** Outras técnicas de valorização para os quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

**Nível 3:** Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito baixo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo justo valor numa base recorrente, o Futuro determina se as transferências ocorreram entre os níveis na hierarquia, reavaliando a categorização (com base no menor nível de entrada que é significativo para a mensuração do valor justo como um total) no final de cada período de relato.

## 2.2.6 Imparidade de activos financeiros

A NIRF 9 introduz um modelo de perda de crédito esperada para mensuração da imparidade de activos financeiros. Assim, deixa de ser necessário a ocorrência de um evento de risco de perda para o reconhecimento de imparidade de crédito. A NIRF 9 introduz um modelo de imparidade revisto, o qual estabelece requisitos para as entidades reconhecerem as perdas de crédito esperadas (ECL) com base na informação futura, substituindo o modelo actual das perdas incorridas somente quando haja uma evidência objectiva de que uma perda foi já incorrida.

As perdas de crédito devem ser mensuradas com base no valor actual da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a instituição espera receber. Quanto aos activos financeiros sujeitos a imparidade, estes devem ser classificados em diferentes stages, de acordo com a evolução do risco de crédito.

Os requisitos para o cálculo da imparidade de activos financeiros baseiam-se nas perdas esperadas a 12 meses (Stage 1) e Lifetime (Stages 2 e 3). Os activos financeiros sujeitos a imparidade, estes devem ser classificados em diferentes stages, de acordo com a evolução do risco de crédito:

**Stage 1: Performing** - Os activos financeiros de risco de crédito baixo ou para os quais não tenha ocorrido um aumento significativo no seu risco de crédito desde a data do seu reconhecimento. O valor das perdas esperadas resulta de eventos de "default" que venham a ocorrer nos 12 meses seguintes.

**Stage 2: Under-performing** - Os activos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do seu risco de crédito após a data do seu reconhecimento inicial, via alteração da probabilidade de incumprimento estimada. O valor das perdas esperadas resulta de todos os eventos de default que venham a ocorrer ao longo da vida esperada do activo financeiro. O juro destes activos continuará a ser calculado sobre o seu montante bruto.

**Stage 3: Non-performing** - Os activos financeiros com evidência objetiva de imparidade (default) na data de reporte, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem em perda. Será então reconhecida em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito durante a vida residual expectável dos activos aqui classificados. Para estes activos, o juro é calculado sobre o seu valor líquido de balanço.

### i. Análise Colectiva

Considera as perdas esperadas para exposições não significativas ou exposições significativas classificadas em Stage 1.

A imparidade colectiva resulta de uma abordagem paramétrica à recuperabilidade do crédito, suportada por informação histórica da carteira de crédito, sendo aplicada de forma automática a todas as operações.

O Modelo de Imparidade do Crédito do Futuro determina o perfil de risco de cada operação, enquadrando-a nos segmentos da carteira de crédito definidos com base na avaliação histórica das carteiras e do comportamento atual e passado e a visão prospectiva da operação.

Neste sentido, as perdas por imparidade apuradas pelo modelo procuram reflectir:

- i. Uma quantia objectiva e ponderada pelas probabilidades, determinada através da avaliação de um conjunto de resultados possíveis;
- ii. O valor temporal do dinheiro; e
- iii. Informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis sem custos ou esforços indevidos à data de relato sobre eventos passados, condições actuais (Point-in-Time) e previsões de condições económicas futuras (Forward Looking).

Para determinação das perdas por imparidade para a análise colectiva são considerados os seguintes Factores de Risco:

- i. Probabilidade de Default (PD)** – A Probabilidade de Default (PD) é a probabilidade de um empréstimo entrar em incumprimento dentro de um horizonte de tempo determinado (ou num dado momento no tempo) com base no estado do empréstimo no momento de análise. Este “estado” irá reflectir-se na classificação de imparidade do crédito.
- ii. Loss Given Default (LGD)** – A “Loss Given default (LGD)”, ou perda dado o incumprimento, representa a percentagem do valor de um crédito que o Futuro espera perder quando esse crédito entrar em incumprimento. A LGD está dependente do número de anos para o qual o mutuário da operação esteja em situação de “default”, da existência de colaterais da operação, do valor dos colaterais, o valor do direito legal sobre esses colaterais, probabilidades de execução dos colaterais e custos suportados nos processos de recuperação.
- iii. Credit Conversion Factor** – O Credit Conversion Factor (CCF), ou factor de conversão de crédito representa a percentagem da exposição extrapatrimonial que poderá ser convertida numa exposição patrimonial até ao default. A metodologia desenvolvida pelo Futuro é aplicada a operações com

limites de utilização de crédito “revolving”, tais como Cartões de Crédito, Descobertos e Contas Correntes. Para Garantias Bancárias e Créditos Documentários são usados os CCF regulamentares.

- iv. Behavioural Maturity (BM)** – Behavioural Maturity (BM), ou maturidade comportamental identificar o período de tempo durante o qual a instituição se encontra exposta ao risco de crédito. Este parâmetro é tipicamente calculado para operações em que a data de vencimento da operação não se encontra definida.

## ii. Análise Individual (AI)

Considera as perdas esperadas para exposições significativas classificadas em Stage 2 ou Stage 3.

A Análise Individual (AI), como o próprio nome sugere resulta da análise individualizada a cada um dos clientes não sujeito a análise coletiva ao qual é atribuída uma classificação de imparidade (comparável à Probabilidade de Default) e uma estratégia de recuperação.

Esta análise é obtida através de formulários preenchidos pelos analistas e revistos pelos supervisores (responsável máximo da respetiva Área Comercial) e validado pelo Comité de Crédito (CC) e aprovado pelo Conselho de Gerência (CG).

A imparidade por Análise Individual pretende apurar as perdas esperadas de crédito, tendo em consideração as abordagens:

- i. Going Concern** - Recuperação do crédito com recurso aos cash flows gerados pela atividade da empresa;
- ii. Gone Concern** - Recuperação de crédito só pode ocorrer por via da execução das colaterais.

Todas as operações de crédito que forem analisadas de forma individual, mas para as quais não seja reconhecida a imparidade deverá ser atribuído a Imparidade que teria se tivesse sido submetido a uma análise Colectiva.

## iii. Informação “Foward-looking”

Para determinação da ECL o Futuro conta com informação prospectiva económica, tal como:

- Inflação dos últimos cinco anos bem como a projecção para o ano seguinte;
- A evolução do PIB; e
- Prime rate

## 2.2.7 Activos tangíveis e activos de direito de uso

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.



O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos activos são reconhecidos no custo do activo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de activos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respectivos activos quando são montantes significativos.

Os direitos de uso do activo são apresentados conjuntamente com os equipamentos na demonstração da posição financeira e as depreciações de forma linear durante o período do contrato de locação.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de encerramento do balanço. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

ACTIVOS	ANOS DE VIDA ÚTIL
Obras em edifícios arrendados	10 anos
Mobiliários e equipamentos	4 -10 anos
Veículos	4 anos
Equipamentos de segurança	5 anos
Máquinas e Ferramentas	6 -12 anos
Outros equipamentos	10 anos

Sempre que existem indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis são efectuados testes de imparidade para estimar o valor recuperável do activo e, quando necessário, para registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada data de relato financeiro para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. As alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em “outros rendimentos operacionais” ou “outros gastos operacionais” na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo e reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

## 2.2.8 Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados consoante as transações que lhe deram origem, conforme indicado nos parágrafos seguintes.

### Reconhecimento inicial

O custo dos activos intangíveis adquiridos separadamente reflecte, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- O preço de compra, incluindo os custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis após a dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do activo para o seu uso pretendido.

### Reconhecimento subsequente

Após o reconhecimento inicial, o Futuro valoriza os seus activos intangíveis pelo modelo do custo, conforme preconizado pela NIC 38 – Activos Intangíveis, que define que um activo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

### Amortização

O Futuro determina a vida útil e o método de amortização dos activos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao activo. Os activos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso e durante a vida útil estimada.

## 2.2.9 Imparidade de activos não financeiros

O Futuro realiza os testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual o activo não financeiro se encontra registado nas demonstrações financeiras não é recuperável. Sempre que o valor recuperável apurado é inferior ao valor contabilístico dos activos, o Futuro avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e se assim for regista a respectiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para determinar a existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo dos fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os activos não financeiros para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de uma imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

## 2.2.10 Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

## 2.2.11 Impostos

### a) Impostos correntes

Os impostos sobre activos ou passivos no corrente ano e anos anteriores é estimada com base nos valores esperados a recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As taxas legais de impostos usadas para calcular o montante são aquelas em vigor à data do balanço.

### b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias à data do balanço entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto, quando aplicável:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial da goodwill ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e
- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que se seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

## 2.2.12 Locações

O Futuro avalia no início do contrato se um contrato é ou contém uma locação. Ou seja, se o contrato transmitir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de consideração.

### **Futuro como locatário**

O Futuro aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todas os contratos de locação, excepto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de activos de baixo valor. O Futuro reconhece passivos de locação financeira para efectuar pagamentos de locação e activos de direito de uso que representam o direito de usar os activos subjacentes.

### **Activos de direito de uso**

O Futuro reconhece activos de direito de uso na data de início do contrato (ou seja, a data em que o activo subjacente está disponível para uso). Os activos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados para qualquer mensuração dos passivos de locação. O custo dos activos de direito de uso inclui a quantia de passivos de locação reconhecidos, custos directos iniciais incorridos e pagamentos de locação efectuados na data ou antes da data de início, menos quaisquer incentivos de locação recebidos. Os activos de direito de uso são depreciados pelo método linear pelo prazo do contrato.

O prazo dos contratos varia de um a dez anos e são automaticamente renováveis. Os contratos de locação são destinados para uso como Agência e Sede do Futuro e armazenamento de equipamentos e bens.

Os activos de direito de uso estão apresentados na Nota 12 Activos tangíveis e activos de direito de uso e estão sujeitos a perdas por imparidade de acordo com a política do Futuro, conforme descrito na Nota 2.2.9 Imparidade de activos não financeiros.

### **Passivos de locação**

Na data de início do contrato de locação, o Futuro reconhece passivos de locação mensurados pelo valor presente dos pagamentos de locação a serem efectuados pelo prazo do contrato. Os pagamentos de

locação são descontados segundo a taxa de juro incremental na data da aplicação inicial de 20.5% usada pelo locatário. Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (menos quaisquer incentivos), pagamentos variáveis da locação que dependem de um índice ou taxa e valores esperados a serem pagos com garantias de valor residual. Os pagamentos de locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa a ser exercida pelo Futuro e pagamentos de multas pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do contrato reflectir o exercício da opção de rescisão. Pagamentos de renda variável que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que ocorre o evento ou condição que acciona o pagamento.

O passivo de locação encontra-se apresentado na Posição financeira na linha dos “Outros passivos”.

### 2.2.13 Donativos

O Futuro reconhece os Donativos como proveitos diferidos na posição financeira, e transfere para receitas quando as condições contratuais são satisfeitas. O ganho é reconhecido em resultado quando a despesa ocorre, para os subsídios aos activos o ganho e/ou a perda é reconhecido na Demonstração de Resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.



## 3. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Futuro são avaliados de uma forma contínua, representando a melhor estimativa do Conselho de Administração à data de cada relato, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem.

### Perdas por imparidade de crédito

Os pressupostos e metodologia utilizada no cálculo das perdas por imparidade de crédito, encontra-se descrita na alínea 2.2.6) Imparidade de activos financeiros, conforme prescrito na NIRF 9.

### Princípio da continuidade

O Futuro para o exercício findo 31 de Dezembro de 2021 apresenta um prejuízo acumulado no montante de 34.134.228 MT incluído um lucro do exercício no montante de 10.261.577 MT.

O capital social do Futuro, no montante de 107.800.000 MT, apresenta-se superior ao capital social mínimo de 5.000.000 MT fixado pelo Banco de Moçambique, e o seu rácio de solvabilidade ascende a 58.22%, significativamente superior ao mínimo exigível pelo regulador de 12%.

O Futuro alcançou sucesso operacional nos primeiros três anos e concretizou o seu marco estratégico de aumento do capital social privado, em 2020, ao receber a Hollard Moçambique Companhia de Seguros S.A. numa parceria público-privada ao lado dos fundadores do Futuro, a Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação. (SDC).

O Plano de Negócios do Futuro, revisado para 2022 - 2024 baseia-se em sucessos e lições apreendidas durante os anos anteriores de operações do Futuro e considera devidamente os impactos da pandemia. Existe um plano forte de crescimento da entidade e para o efeito o Futuro tem em carteira duas linhas de financiamento, nomeadamente um empréstimo de USD 2 milhões em negociação com o IFAD – International Fund For Agricultural Development, por um período de 5 anos, com taxa de juro que permite a colocação do valor em circulação e a geração de liquidez suficiente e necessária para continuar cumprindo com as obrigações no respectivo vencimento. Por outro lado, a contribuição do governo suíço para o Plano de Negócio 2021 – 2022, é de USD 825.000, assim distribuídos: 2021 (USD 530.000); 2022 (USD 300.000) e 2023 (USD 30.000). Este montante permite cobrir significativamente os custos operacionais do Futuro.

No entanto, o mercado ainda se ressentir dos efeitos da pandemia da Covid-19, que determinou a tomada de medidas restritivas visando evitar a propagação do surto. Estas medidas tiveram efeitos negativos na actividade do Futuro. Em resposta aos problemas de liquidez enfrentados pelos clientes, a Administração decidiu rever os prazos de vencimento dos créditos alguns créditos, reduzir taxas de juro, em alguns casos, e noutros, aumentando o período de carência. A tomada destas medidas esteve em conta a análise individual da situação de cada cliente e este em linha com as directrizes do Banco de Moçambique.

Actualmente assiste-se a uma gradual recuperação da economia depois da abertura recentemente proferida pelo Presidente da República, na sua última declaração sobre o estado de calamidade. Contudo, a província de Nampula nos últimos meses foi assolada pela passagem da tempestade tropical “Ana” em finais de Janeiro de 2022, e mais recentemente a tempestade tropical Gombe, que causou inundações e destruições em infraestruturas públicas e privadas.

Apesar destes factores que afectaram negativamente a província, as perspectivas do plano estratégico para 2020-2024, esperam que Nampula registará um crescimento em diversos sectores de actividade, em particular no sector agrário, sendo uma das prioridades do governo a operacionalização do Plano Operacional de Comercialização Agrícola (POCA). A partir desta análise, torna-se evidente que futuramente haverá oportunidade para o crescimento da carteira de clientes e não obstante a recuperação da carteira de crédito actualmente existente ser lenta, não se vislumbra iminente o risco de perda total sobre a mesma. Refira-se que atendendo às características do segmento do mercado, o Futuro tem uma forte componente de acompanhamento e formação aos mutuários, desenvolvendo desta forma relações interpessoais com os beneficiários.

Assim sendo, a Gestão do Futuro procedeu com a análise da continuidade onde no seu ver a avaliação é positiva, incluindo o facto de que até a data da emissão do relatório não teve conhecimento de quaisquer incertezas relevantes que coloquem em causa a continuidade das operações do Futuro nos próximos 12 meses. Desta forma, as presentes demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com o princípio de continuidade.



## 4. Fluxo de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado.

	2021	2020
Caixa e disponibilidades	3.270.609	3.586.959
Depósitos Bancários	7.350.354	22.179.232
	<b>10.620.963</b>	<b>25.766.191</b>



## 5. Novas normas de contabilidade emitidas, mas que ainda não se encontram em vigor

As normas e interpretações que foram emitidas, mas ainda não efectivas, à data de emissão das demonstrações financeiras do Futuro são descritas abaixo. O Futuro pretende adoptar as referidas normas, caso aplicáveis, quando as mesmas se tornem efectivas.

### 1. IFRS 3 – Referências à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro (Emendas) – 1 de Janeiro de 2022

Em Maio de 2020, o IASB emitiu as emendas à IFRS 3 Referências à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro. As alterações irão substituir à Estrutura para a preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras, emitidas em 1989, com referência à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro emitido em Março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

O Conselho também incluiu uma excepção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 para evitar a questão do potencial “dia 2” ganhos ou perdas decorrentes de passivos e passivos contingentes que se encontram dentro do escopo da IAS 37 ou IFRIC 21 Taxas, se incorridas separadamente.

Ao mesmo tempo, o Conselho decidiu esclarecer a orientação existente na IFRS 3 para ativos contingentes que não ser afectado substituindo a referência ao Quadro para a Preparação e Apresentação de Afirmações.

As alterações são efectivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2022 e se aplicam prospectivamente.

## **2. IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento (Emendas) – 1 de Janeiro de 2022**

O IASB emitiu Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento, que inibe as entidades da dedução do custo de um item do imobilizado, quaisquer receitas da venda de itens produzido ao trazer esse activo para o local e condição necessárias para que ele seja capaz de operar em forma pretendida pela Gestão. Em vez disso, uma entidade reconhece o produto da venda de tais itens, e os custos de produção desses itens, no lucro ou prejuízo.

A alteração é efectiva para exercícios anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022 e deve ser aplicado retrospectivamente a itens do imobilizado disponibilizados para uso em ou após o início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a emenda pela primeira vez.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material no Futuro.

## **3. IAS 37 – Contratos Onerosos – custos de cumprir com o contrato (Emendas) – 1 de Janeiro de 2022**

O IASB emitiu emendas à IAS 37 para especificar quais custos uma entidade precisa incluir quando avaliar se um contrato é oneroso ou deficitário.

As emendas aplicam uma “abordagem de custo directamente relacionado”. Os custos que se relacionam directamente com um contrato para fornecer bens ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos directamente relacionados ao contrato actividades. Os custos gerais e administrativos não estão directamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente exigíveis à contraparte nos termos do contrato.

As emendas são efectivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022. O Futuro aplicará essas alterações aos contratos para os quais ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início de o período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez.

## **4. IFRS 1 – Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018 – 2020) (Emendas) – 1 de Janeiro de 2022**

Como parte de seu processo de melhorias anuais de 2018-2020 para as normas IFRS, o IASB emitiu uma emenda à IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro. A emenda permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 para mensurar as diferenças acumuladas de conversão usando os valores reportados pela casa-mãe, com base na data de transição da casa-mãe para o IFRS. Esta emenda é também aplicada a uma associada ou empreendimento conjunto que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1.

A alteração é efectiva para exercícios anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2022 com adopção antecipada permitida.



## **5. IFRS 9 – Desreconhecimento de passivos financeiros – Comissões a incluir no teste dos 10% de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020) (Emendas) – 1 de Janeiro de 2022**

O IASB emitiu uma emenda para IFRS 9. A emenda esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um novo ou passivo financeiro modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aqueles pagos ou recebidos entre o mutuário e o mutuante, incluindo taxas pagas ou recebidas por devedor ou credor em nome do outro. Uma entidade aplica a emenda a passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade pela primeira vez aplica a emenda.

A alteração é efectiva para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2022 com adopção permitida. O Futuro aplicará as alterações aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material no Futuro.

## **6. IAS 41 – Tributação e mensuração do justo valor (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020) (Emendas) – 1 de Janeiro de 2022**

O IASB emitiu uma emenda para IAS 41 Agricultura. A emenda remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos activos no âmbito da IAS 41.

Uma entidade aplica a emenda prospectivamente às mensurações do valor justo no ou após o início do primeiro período de relatório anual com início em ou após 1 de Janeiro de 2022, com adopção antecipada permitida.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material no Futuro.

## **7. IFRS 17 – Contratos de Seguro – 1 de Janeiro de 2023**

O IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro, uma nova norma contabilística abrangente para contratos de seguro cobrindo reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Uma vez eficaz, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 Contratos de Seguro (IFRS 4) que foi emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contratos de seguro (ou seja, vida, não vida, seguro directo e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitir, bem como a determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.

Algumas excepções de escopo serão aplicadas. O objectivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico para contratos de seguro mais úteis e consistentes para as seguradoras. Em contraste com

os requisitos da IFRS 4, que são amplamente baseados em políticas contabilísticas locais anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo para contratos de seguro, abrangendo todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é a regra geral modelo, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação directa (a abordagem de taxa variável);
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prémios) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 é efectiva para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2023, com números comparativos requeridos. A aplicação antecipada é permitida, desde que a entidade também aplique o IFRS 9 e o IFRS 15 na data ou antes da primeira aplicação do IFRS 17. Esta norma não é aplicável ao Futuro.

## **8. IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Emendas) – “Classificação de passivos como correntes ou não correntes” – 1 de Janeiro de 2023**

Esta alteração introduzida à norma clarifica a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de deferir o seu pagamento, no final de cada período de relato financeiro. A emenda é de aplicação retrospectiva e com início em ou após 1 de Janeiro de 2023.

## **9. IAS 1 – Definição de Estimativas Contabilísticas (Emendas) – 1 de Janeiro de 2023**

Em Fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 8, nas quais introduz uma definição de “estimativas contabilísticas”. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contabilísticas e mudanças nas políticas contabilísticas e a correcção de erros. Além disso, esclarece como as entidades usam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contabilísticas. As alterações são efectivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2023 e se aplicam a mudanças nas políticas contabilísticas e mudanças nas estimativas contabilísticas que ocorram a partir desse período. A aplicação antecipada é permitida desde que este facto seja divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material no Futuro.

## **10. IAS 1 e IFRS Declaração Prática 2 – Divulgação de Políticas contabilísticas (Emendas) – 1 de Janeiro de 2023**

Em Fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IFRS Declaração Prática 2 Fazendo julgamentos de materialidade, nas quais fornece orientações e exemplos para apoiar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam apoiar as entidades a proporcionar divulgações de políticas contabilísticas que sejam mais úteis, substituindo a exigência de

que as entidades divulguem suas políticas contabilísticas “significativas” por uma exigência de divulgar suas políticas contabilísticas “materiais” e acrescentando orientações sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade na tomada de decisões sobre divulgações de políticas contabilísticas.

As alterações à IAS 1 são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2023 com aplicação antecipada permitida. Uma vez que as alterações à Declaração de Prática 2 proporciona orientação não obrigatória sobre a aplicação da definição de material às informações de política contabilísticas, não é necessária uma data efectiva para essas alterações. Não se espera que as alterações tenham um impacto material no Futuro.

## **11. IAS 12 – Imposto Diferido relacionados à Activos e Passivos Decorrentes de uma Única Transação (Emendas) – 1 de Janeiro de 2023**

Em 7 de Maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12 – Imposto Diferido relacionado à Activos e Passivos Decorrentes de uma Única Transação. Estas alterações esclarecem se a isenção de reconhecimento inicial se aplica a certas transações que muitas vezes resultam no reconhecimento simultâneo de um activo e de um passivo. Tais casos podem incluir o reconhecimento inicial de arrendamentos da perspectiva de um arrendatário ou obrigações de retirada de activos/ desreconhecimento de passivos. Torna-se obrigatória para exercícios anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida.



## **6. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros**

### **Novas normas de contabilidade em vigor e respectivas interpretações**

#### **1. Alterações à NIRF 16 - Locações - Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021**

A Emenda permite aos arrendatários, como um expediente prático, não avaliar se determinadas concessões de arrendamento relacionadas com a COVID-19 são modificações de arrendamento. Por conseguinte, se preenchessem as condições, os arrendatários que aplicassem o expediente prático reconheceriam o montante da renda perdoadada em ou antes de 30 de Junho de 2021 em rendimentos no ano da concessão. No entanto, em 31 de Março de 2021, o IASB alterou adicionalmente a IFRS 16 para estender o prazo para um dos critérios a serem observados para que um arrendatário aplique o expediente prático a uma concessão de arrendamento. Foi estendido o período durante o qual os pagamentos de arrendamento originalmente devidos podem ser reduzidos para terminar em 30 de Junho de 2022 (anteriormente 30 de Junho de 2021). As alterações ao expediente prático são obrigatoriamente efectivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1 de Abril de 2021, com aplicação antecipada permitida, inclusive em demonstrações financeiras não autorizadas para emissão na data de emissão da alteração final. Não se espera que as alterações tenham um impacto material no Futuro.

## 2. NIRF 4 Contratos de Seguro - adiamento da NIRF 9 está agora reflectida no Relatório da Situação de Endosso.

As Emendas à NIRF 4 Contratos de Seguro são efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2021.

As Emendas prorrogam a data de expiração da isenção temporária da aplicação da NIRF 9 de 1 de Janeiro de 2021 para 1 de Janeiro de 2023 para alinhar as datas de entrada em vigor da NIRF 9 Instrumentos Financeiros com a NIRF 17 Contratos de Seguro. Esta norma não é aplicável à Instituição.

## 3. Emendas à NIRF 9, IAS 39 e NIRF 7 Reforma da Taxa de Juro de Referência

As Emendas relacionam-se com as questões que afectam os relatórios financeiros nos períodos anteriores à substituição de uma taxa de juro de referência existente por uma taxa de juro alternativa.

As Emendas proporcionam alívio das avaliações altamente prováveis e prospectivas exigidas pela NIRF 9 e IAS 39 para as relações de cobertura que são afectadas pelas incertezas da reforma da IBOR. Com o mesmo objectivo, as Emendas prevêem um alívio da avaliação retrospectiva ao abrigo da IAS 39. As excepções descritas nas Emendas aplicam-se apenas às relações de cobertura directamente afectadas pelas incertezas da reforma da IBOR, incluindo os swaps de taxas de juro de divisas (para a componente de juros afectada). As Emendas não tiveram qualquer impacto sobre as demonstrações financeiras do Futuro.

Além disso, não ocorreram alterações nas estimativas, nem foram identificados erros que possam ter impacto na reexpressão dos valores comparativos.



## 7. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais

No período findo em 31 de Dezembro de 2021, a decomposição da rubrica Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais é como segue:

CAIXA E DISPONIBILIDADES NO BANCO DE MOÇAMBIQUE	2021	2020
Caixa moeda nacional	380.222	2.258.491
Caixa moeda estrangeira (USD)	561.959	0
Disponibilidades no Banco de Moçambique	2.328.428	1.328.468
	<b>3.270.609</b>	<b>3.586.959</b>

O caixa em moeda nacional corresponde ao valor disponível na tesouraria para fazer face aos desembolsos e levantamentos. A disponibilidade no Banco de Moçambique é o depósito obrigatório sobre o total dos depósitos de clientes.



## 8. Disponibilidades em instituições de crédito

No período findo em 31 de Dezembro de 2020, a decomposição da rubrica Disponibilidades em instituições de crédito é como segue:

DEPÓSITOS À ORDEM	2021	2020
Moeda nacional	6.972.738	21.476.253
Moeda estrangeira	377.615	702.979
	<b>7.350.354</b>	<b>22.179.232</b>

O saldo da rubrica Disponibilidades em instituições de crédito representa o somatório de saldos nas contas nostro do Futuro junto de outros Banco, nomeadamente, BCI – Banco Comercial e de Investimentos e Standard Bank. O saldo apresentado reflecte a disponibilidade em moeda nacional e estrangeira, convertida em meticais.



## 9. Aplicações em instituições de crédito

No período findo em 31 de Dezembro de 2021, a decomposição da rubrica Disponibilidades em instituições de crédito é como segue:

APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	2020	2019
Depósitos a prazo	600.000	600.000
Juros a receber	-	-
	<b>600.000</b>	<b>600.000</b>

O depósito a prazo tem maturidade anual com vencimento em Junho 2022 com juros de 9.65%, junto ao banco Standard Bank.



## 10. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os créditos a clientes correspondem a empréstimos concedidos a clientes. Em 31 de Dezembro de 2021, a carteira de clientes encontrava-se distribuída da seguinte forma:

EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTO A CLIENTES	2021	2020
Empréstimos a clientes	137.436.568	88.725.445
Juros a receber	4.074.867	2.118.325
Imparidade Acumulada	(10.837.826)	(6.122.322)
	<b>130.673.608</b>	<b>84.721.447</b>

O movimento da imparidade durante o exercício apresenta-se como segue:

	2021	2020
Saldo de abertura a 1 de Janeiro 2020	6.122.322	3.835.845
Imparidade do exercício	7.864.958	2.286.477
Créditos abatidos	(3.149.453)	0
Saldo a 31 de Dezembro 2021	10.837.827	6.122.322

	Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	TOTAL
<b>Quantia escriturada a 1 de Janeiro 2021</b>					
Novos activos originados ou adquiridos					-
Transferências para Stage 1	5.373.105				5.373.105
Transferências para Stage 2		930.281			930.281
Transferências para Stage 3			4.534.441		4.534.441
<b>Saldo final a 31 de Dezembro 2021</b>					-
	<b>5.373.105</b>	<b>930.281</b>	<b>4.534.441</b>	<b>-</b>	<b>10.837.827</b>

Os requisitos para o cálculo da imparidade de activos financeiros baseiam-se nas perdas esperadas a 12 meses (Stage 1) e Lifetime (Stages 2 e 3), conforme explicado na nota 2.2.6.



## 11. Outros activos

O detalhe dos outros activos em 31 de Dezembro de 2021 é como segue:

OUTROS ACTIVOS	2021	2020
Activos por impostos sobre o rendimento	200.000	100.000
Devedores e outras aplicações	1.063.630	665.322
Despesas com encargo diferido	2.568.207	5.547.434
	<b>3.831.837</b>	<b>6.312.756</b>

Os activos por impostos sobre o rendimento referem-se ao pagamento especial por conta acumulado dos exercícios de 2020 e 2021.

Na rubrica devedores e outras aplicações encontram-se registados valores de comissões de seguros a receber da Hollard e o reembolso das despesas da parceria de formação e educação financeira com o projecto da TechnoServe (WIN).

Nas despesas com encargo diferido estão apresentados os valores de seguros pagos anualmente e rendas pagas trimestralmente, que estão sendo reconhecidos mensalmente.



## 12. Activos tangíveis e Activos de direito de uso

Os movimentos registados em activos tangíveis foram como segue:

	OBRAS EM EDIFÍCIOS ARRENDADOS	MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVOS	EQUIPAMENTO BÁSICO E INFORMÁTICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	ACTIVOS DE DIREITO DE USO	TOTAL
<b>Custo</b>						
<b>Saldo a 01 de Janeiro 2020</b>	<b>467.098</b>	<b>1.356.549</b>	<b>6.961.552</b>	<b>2.023.510</b>	<b>14.958.086</b>	<b>25.766.795</b>
Adições	-	-	793.434	2.682.627	-	3.476.061
Abates	-	(114.085)	-	-	-	(114.085)
Transferências	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro 2020</b>	<b>467.098</b>	<b>1.242.464</b>	<b>7.754.986</b>	<b>4.706.137</b>	<b>14.958.086</b>	<b>29.128.771</b>
Adições	140.325	623.852	452.261	1.176.748	420.492	2.813.678
Abates	-	-	(234.350)	-	-	(234.350)
Transferências	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro 2021</b>	<b>607.423</b>	<b>1.866.316</b>	<b>7.972.897</b>	<b>5.882.885</b>	<b>15.378.578</b>	<b>31.708.099</b>

	OBRAS EM EDIFÍCIOS ARRENDADOS	MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVOS	EQUIPAMENTO BÁSICO E INFORMÁTICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	ACTIVOS DE DIREITO DE USO	TOTAL
<b>Amortizações</b>						
<b>Saldo a 01 de Janeiro 2020</b>	(20.476)	(186.636)	(2.024.526)	(510.115)	(1.944.265)	(4.686.018)
Depreciações do exercício	(9.342)	(83.898)	(971.328)	(989.861)	(2.049.388)	(4.103.817)
Abates	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro 2020</b>	<b>(29.818)</b>	<b>(270.534)</b>	<b>(2.995.854)</b>	<b>(1.499.975)</b>	<b>(3.993.653)</b>	<b>(8.789.835)</b>
Depreciações do exercício	(10.277)	(167.263)	(1.336.269)	(1.176.534)	(1.891.704)	(4.582.047)
Abates	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro 2021</b>	<b>(40.095)</b>	<b>(437.797)</b>	<b>(4.332.123)</b>	<b>(2.676.510)</b>	<b>(5.885.357)</b>	<b>(13.371.882)</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>						
<b>Saldo de Dezembro de 2020</b>	<b>437.280</b>	<b>971.930</b>	<b>4.759.132</b>	<b>3.206.162</b>	<b>10.964.433</b>	<b>20.338.936</b>
<b>Saldo de Dezembro de 2021</b>	<b>567.328</b>	<b>1.428.519</b>	<b>3.640.774</b>	<b>3.206.375</b>	<b>9.493.221</b>	<b>18.336.217</b>

Abaixo apresenta-se o valor contabilístico das responsabilidades com locações (incluídos em “Outros Passivos” na nota 16).

EM 1 DE JANEIRO 2021- EFEITO DA ADOÇÃO DA IFRS 16 (NOTA 7.1.1)	2021	2020
Saldo a 31 de dezembro de 2021	12.647.311	13.975.694
Adições	420.492	0
Acréscimo de juros	2.002.399	2.151.617
Pagamentos	(3.300.000)	(3.480.000)
<b>Em 31 Dezembro de 2021</b>	<b>11.770.202</b>	<b>12.647.311</b>

Acima apresenta-se o valor contabilístico das responsabilidades com locações (incluídos em “Outros Passivos”). As análises das maturidades dos passivos de locação financeira estão divulgadas na nota 33.b.



### 13. Activos Intangíveis

O valor dos intangíveis respeita à aquisição, produção e desenvolvimento dos sistemas de tratamento automático de dados (software) adquirido para as actividades do Futuro.



Os movimentos registados na rubrica Activos intangíveis é como segue:

	SOFTWARE	TOTAL
<b>Custo</b>		
<b>Saldo a 01 de Janeiro 2020</b>	<b>1.050.669</b>	<b>1.050.669</b>
Saldo a 31 de Dezembro 2020	1.050.669	1.050.669
<b>Saldo a 31 de Dezembro 2021</b>	<b>1.050.669</b>	<b>1.050.669</b>
	SOFTWARE	TOTAL
<b>Amortizações e imparidades</b>		
Saldo a 01 de Janeiro 2020	(480.420)	(480.420)
Amortizações do exercício	(245.161)	(245.161)
<b>Saldo a 31 de Dezembro 2020</b>	<b>(725.581)</b>	<b>(725.581)</b>
Amortizações do exercício	(262.667)	(262.667)
<b>Saldo a 31 de Dezembro 2021</b>	<b>(988.248)</b>	<b>(988.248)</b>
<b>Valor líquido</b>		
<b>1 de Janeiro de 2020</b>	<b>570.249</b>	<b>570.249</b>
<b>Saldo a 31 de Dezembro 2020</b>	<b>325.088</b>	<b>325.088</b>
<b>Saldo a 31 de Dezembro 2021</b>	<b>62.421</b>	<b>62.421</b>

O Futuro regista nesta rubrica o software e as despesas iniciais suportadas até à sua utilização em pleno. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes, em regime de duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada que em geral corresponde a um período de 4 anos. Os custos de manutenção de software são reconhecidos como custos quando incorridos.



## 14. Depósitos de clientes

Nesta rubrica, encontra-se o montante correspondente ao total dos depósitos obrigatórios que são fundos de garantia depositados por alguns clientes com empréstimos e depósitos voluntários de clientes para poupança. Estes depósitos requerem a constituição de reservas mínimas junto do Banco de Moçambique. Em 31 de Dezembro de 2021 o saldo apresenta-se como segue:

DEPÓSITOS DE CLIENTES	2021	2020
Depósitos à ordem obrigatórios	16.595.467	11.208.315
Depósitos à ordem voluntários	3.853.151	9.943.442
	<b>20.448.618</b>	<b>21.151.757</b>



## 15. Empréstimos de accionistas

A rubrica de empréstimos de accionistas apresenta o capital e os juros que a Futuro tem a pagar ao seu accionista Hollard Moçambique.

EMPRÉSTIMOS	2021	2020
Hollard- Capital	22.800.000	-
Hollard- Juros	2.071.391	-
	<b>24.871.391</b>	<b>-</b>

O Futuro contraiu um empréstimo com a Hollard Moçambique (accionista) em Maio de 2021 com maturidade de um ano com a taxa de juros de 15% com objetivo de financiar a expansão da carteira de crédito.



## 16. Outros passivos

O detalhe dos outros passivos em 31 de Dezembro de 2021 é como segue:

OUTROS PASSIVOS	2021	2020
Acréscimos de gastos	3.242.729	5.816.057
	<b>3.242.729</b>	<b>5.816.057</b>

Os acréscimos de gastos referem-se, essencialmente, a provisões de custos relacionados com a rubrica de pessoal (bónus, indemnizações) no valor de 1.321.787 MT, imposto de selo de 1.400.000 MT, serviços de auditoria de 334.705 MT e despesas do Conselho de Administração de 148.170 MT.



## 17. Credores

O detalhe dos credores em 31 de Dezembro de 2021 é como segue:

CREDORES	2021	2020
Proveitos diferidos	874.556	643.039
Passivos de Locação financeira	11.770.202	12.647.311
Impostos	1.173.759	1.172.900
Fundo de Garantia – Parceiros	-	6.545.883
Cartão de Crédito	193.984	152.970
Outros Credores	1.658.478	304.749
	<b>15.670.978</b>	<b>21.466.851</b>

Em proveitos diferidos encontram-se as comissões diferidas de empréstimo a clientes.

Nos Passivos de locação financeira encontram-se registados os montantes relacionados com a IFRS 16 (imóveis – escritório e armazém e os respectivos juros).

O Fundo de garantia dizia respeito ao remanescente dos fundos recebidos de um acordo assinado com o Fundo de Garantia de Depósito para efectuar o reembolso dos depósitos de clientes da Cooperativa de Crédito das Mulheres de Nampula instinta, que nos 3 primeiros meses do ano 2021 foi canalizado aos respectivos beneficiários.

Nos Outros credores refere-se essencialmente a obrigação de pagamento de prémios de seguros a Hollard no montante de 544.617 MT, pagamento trimestral de renda do edifício 750.000 MT, bem como fornecedores diversos com 363.861 MT.



## 18. Capital social

O detalhe do capital social em 31 de Dezembro de 2021 é como segue:

ACCIONISTAS	N. ACCÕES	31 DE DEZEMBRO DE 2021	
		% PARTICIPAÇÃO CAPITAL	VALOR DO CAPITAL
Agência de Cooperação Suiça em Moçambique	98	63,64%	68.600.000
Hollard Moçambique Companhia de Seguros	54	35,06%	37.800.000
Futuro Mcb, S.A.	1	0,7%	700.000
Eduardo António Lucchesi Reis	1	0,7%	700.000
<b>Saldo a 31 de Dezembro 2021</b>		<b>100,00%</b>	<b>107.800.000</b>

Em 2021, o capital social do Futuro mantemem 107.800.000, sendo a Agência de Cooperação Suiça em Moçambique o acionista maioritário com 63.64% de participação no capital, Hollard Moçambique Companhia de Seguros com 35.06% constituída no ano de 2020 e Futuro Mcb, S.A. e Eduardo A. Lucchesi Reis com com o mesmo número de acções.



## 19. Margem financeira

O detalhe da margem financeira foi como segue:

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	2021	2020
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	50.351.210	32.142.582
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	119.479	0
	<b>50.470.689</b>	<b>32.142.582</b>

JUROS E ENCARGOS SIMILARES	2021	2020
Juros sobre Passivos com locação financeira	(2.002.399)	(2.151.617)
Juros sobre empréstimos Hollard	(2.071.391)	0
	<b>(4.073.790)</b>	<b>(2.151.617)</b>

O Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes cresceu 56.6% comparado com o ano anterior sustentado pelo crescimento da carteira de crédito a cliente que registou um crescimento significativo de 54.5%. Adicionalmente, o Futuro registou um proveito de 119.479 MT do juro anual do deposito a prazo.



## 20. Serviços e comissões líquidos

No período findo em 31 de Dezembro de 2021, o detalhe dos resultados de comissões foi como segue:

	2021	2020
<b>Comissões recebidos associados ao custos amortizado</b>		
Rendimentos de serviços e comissões	3.967.188	2.701.824
Rendimentos de Multas	1.673.702	1.398.789
	<b>5.640.890</b>	<b>4.100.613</b>
<b>Outras comissões pagas</b>		
Encargos com serviços e comissões	(1.919.286)	(1.190.851)
	<b>3.721.604</b>	<b>2.909.762</b>

Os rendimentos de serviços e comissões e multas, tiveram um aumento de 37.6% com relação ao exercício de 2020, ainda que impactado pelo decreto 26/2020 emitido em 8 de Maio, artigo 28. "Créditos bancários, durante a vigência do Estado de Emergência, ficam sem efeito as interpelações, constituições em mora e execuções decorrentes do atraso do cumprimento de obrigações que não possam ser realizadas por decorrência da aplicação das medidas previstas no presente Decreto".

Os Encargos com serviços e comissões resultam do valor de comissões cobradas pelo serviço de M-pesa que corresponde a 3% do total de todas as operações de pagamentos mensal de créditos efectuados na plataforma pelos clientes do Futuro.



## 21. Operações financeiras líquidas

No período findo em 31 de Dezembro de 2021 o detalhe desta rubrica foi como segue:

	2021	2020
Ganhos em operações cambiais	948.314	290.549
Perdas em operações cambiais	(4.429.695)	(155.713)
	<b>(3.481.381)</b>	<b>134.837</b>

As operações financeiras líquidas referem-se essencialmente a diferenças cambiais relacionadas com a moeda estrangeira – Dólar Americano, com ênfase a flutuação registada final no mês de abril que variou de 68.12 para 58.16 quando o Futuro tinha uma posição activa na moeda estrangeira.



## 22. Outros rendimentos operacionais

No período findo em 31 de Dezembro de 2021, o detalhe da rubrica Outros rendimentos operacionais foi o seguinte:

OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	2021	2020
Outros ganhos e rendimentos operacionais	948.314	290.549
Donativos	(4.429.695)	(155.713)
	<b>(3.481.381)</b>	<b>134.837</b>

Outros ganhos e rendimentos operacionais no valor de 1.084.759 MT corresponde a recuperação de créditos abatidos, cobrados ao longo do ano 2021.

O montante de 35.230.001 MT em donativos provém da Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação em Moçambique (SDC) ao abrigo contrato nr. 81068695 referente à "atribuição de um contributo essencial para o funcionamento geral e para a implementação do Plano de Negócios da organização para 2021 que cobre o período de 31.12.2021.



## 23. Imparidade líquida do exercício

A rubrica de imparidade para o exercício findo 31 de Dezembro de 2021 teve o seguinte movimento:

IMPARIDADE LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	2021	2020
Creditos vivos	(8.489.451)	(2.286.477)
Creditos vencidos	624.493	0
	<b>(7.864.958)</b>	<b>(2.286.477)</b>

O reforço da imparidade em 2021 ocorre como consequência do aumento da carteira de crédito à clientes.

Ao longo do ano 2021 foi aprovado pelo Comité de Activos e Passivos o abate dos créditos mal parado de clientes individuais e grupo que tinham empréstimo em atraso acima de 365 dias sem indícios da recuperação dos seus negócios no valor de 3.149.453 MT reduzindo a imparidade acumulada, sem impacto na imparidade do exercício. Creditos vencidos refere-se a que foram provisionados e integralmente pagos durante o exercício.



## 24. Gastos com o pessoal

No período findo em 31 de Dezembro de 2021, o detalhe da rubrica Gastos com o pessoal foi o seguinte:

	2021	2020
Remuneração dos colaboradores e gestores	(38.425.015)	(28.173.833)
Encargos sociais obrigatórios	(1.085.620)	(1.079.775)
Outros gastos com o pessoal	(244.938)	(157.598)
	<b>(39.755.573)</b>	<b>(29.411.206)</b>

O número médio de colaboradores em 2021 é de 77 (2020: 82).

A Remuneração dos colaboradores e gestores registou um acréscimo de 36.4% comparado com o ano anterior devido à inclusão dos gestores expatriados na folha de salários do Futuro. No exercício de 2020, os gestores estavam alocados nos custos como avenças e honorários (nota 25), e no exercício de 2021 tiveram a alteração do regime do contrato de serviços de consultoria para colaboradores efectivos.

Os outros gastos com pessoal incluem gastos com assistência social (1% do salário anual bruto) para despesas hospitalares, e premiações trimestrais com base no atingimento de determinadas metas.



## 25. Outros gastos administrativos

No período findo em 31 de Dezembro de 2021, o detalhe dos outros gastos administrativos é como segue:

	2021	2020
Avenças e honorários	(882.471)	(14.852.919)
Serviços de consultoria	(2.814.293)	(4.265.470)
Rendas	(537.209)	(566.512)
Despesas com auditorias	(1.140.000)	(1.310.000)
Despesas de deslocação e representação	(2.936.968)	(4.349.272)
Seguros	(2.727.190)	(2.528.052)
Comunicação	(2.130.007)	(1.781.603)
Manutenção e reparação	(1.346.732)	(1.075.002)
Marketing e publicidade	(1.382.080)	(1.247.892)
Judiciais e notariado	(463.882)	(293.332)
Material de escritório	(552.157)	(593.857)
Água e energia	(915.034)	(753.281)
Combustíveis e lubrificantes	(461.477)	(321.290)
Outras despesas	(2.321.044)	(2.598.403)
	<b>(20.610.543)</b>	<b>(36.536.885)</b>

A rubrica de avenças e honorários registou custos com honorários de serviços jurídicos de advogados no exercício de 2021, tendo uma redução significativa comparativamente com o exercício de 2020 devido a alteração do regime do contrato de trabalho dos extratriados de serviços de consultoria para colaboradores do Futuro.

A rubrica de consultoria tiveram uma redução, devido a prosteção de projectos informáticos.

As despesas de deslocação e representação tiveram uma redução significativa, devido as restrições de circulação impostas pelas medidas de combate a pandemia de COVID-19.



## 26. Outros gastos operacionais

A rubrica de outros gastos operacionais descreve-se conforme o quadro abaixo que inclui gastos com:

OUTRAS GASTOS OPERACIONAIS	2021	2020
Perdas realizadas	0	(2.173.735)
Outras perdas	(87.035)	(8.000)
Outros impostos	(42.591)	(1.467.588)
	<b>(129.627)</b>	<b>(3.649.322)</b>

A rubrica de perdas realizadas não registou valores em 2021 contra o registo erroneamente de créditos mal parado no ano de 2020.

Outras perdas refere-se as perdas em activos não financeiros, que ocorreram no ano 2021.

Outros impostos é o valor do imposto de selo provenientes da selagem de contratos de prestação de serviços e imposto de selo bancário. No ano de 2020 esta rubrica acumulou provisionamento para pagamento de imposto de selo dos anos anteriores.



## 27. Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações em 2021 tiveram o seguinte comportamento:

DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	2021	2020
Amortizações do exercício	(5.021.236)	(4.727.471)
	<b>(5.021.236)</b>	<b>(4.727.471)</b>



## 28. Outras provisões

A rubrica de outras provisões é analisada como se segue:

REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES DE PROVISÕES	2021	2020
Outras provisões	691.632	0
	<b>691.632</b>	<b>0</b>

Em 2021 foi efectuada uma reversão da provisão acumulada existente relacionada com serviços de consultoria fiscal no montante de 691.632 MT.



## 29. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração do rendimento integral, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.



Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras e são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

O Futuro gerou prejuízos fiscais acumulados não originando o pagamento de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas. O quadro seguinte resume os prejuízos fiscais reportáveis e imposto diferido.

	PREJUÍZOS FISCAIS	IMPOSTO DIFERIDO
Prejuízos fiscais reportáveis:		
- Ano 2017	(2.517.599)	(427.992)
- Ano 2018	(12.316.158)	(2.093.747)
- Ano 2019	(5.855.874)	(995.499)
- Ano 2020	(13.444.597)	(2.285.581)
- Ano 2021	17.370.794	2.953.035
	<b>(16.763.434)</b>	<b>(2.849.784)</b>

O quadro seguinte apresenta reconciliação entre o lucro contabilístico e fiscal:

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFECTIVA DO IMPOSTO	2021	2020
Lucro ou Prejuízo antes de impostos	10.261.577	(18.709.105)
Custos não dedutíveis	7.109.217	5.264.508
Lucro ou Prejuízo fiscal	17.370.794	(13.444.597)
Imposto corrente	<b>0</b>	<b>0</b>

No ano de 2021 o Futuro atingiu o seu primeiro ano de resultado positivo, porém pelos resultados negativos registados nos últimos 4 anos o mesmo beneficia-se do IRPC a recuperar. Nos exercícios anteriores e no exercício corrente o Futuro efectou o Pagamento Especial por Conta de aproximadamente 200.000MT.



## 30. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2021, os saldos com as partes relacionadas estão apresentados no quadro abaixo. A realização do capital social foi considerada uma transacção de partes relacionadas. O Futuro é controlado pela Agência de Cooperação Suiça (SDC) que detém 63.64% do capital, o accionista Hollard Moçambique Companhia de Seguros detém 35.06% do capital.

PARTES RELACIONADAS	2021	2020
Capital Social	107.800.000	107.800.000
Doações SDC	35.230.001	24.494.257
Empréstimo de accionista Hollard	24.871.391	0
Contas a receber do accionista Hollard	615.948	372.047
Contas a pagar do accionista Hollard	544.617	299.685
Proveitos do accionista Hollard	286.094	343.972

A Hollard Moçambique Companhia de Seguros faz parte estrutura dos acionistas desde 2020, por isso, a inclusão de todas as contas relacionadas com transações de comercialização de seguros, como comissões e prémios de emissão de seguros, estão relacionadas no quadro acima.

Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Futuro é considerado como sendo um elemento-chave da gestão do Futuro.

O Conselho de Administração não auferiu nenhuma remuneração durante o período findo em 31 de Dezembro de 2021.



## 31. Instrumentos financeiros

a. Classificação de instrumentos financeiros

COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES (2021)	NOTAS	ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	ACTIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
<b>Activos Financeiros</b>				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	7	3.270.609		3.270.609
Disponibilidades em instituições de crédito	8	7.350.354		7.350.354
Aplicações em instituições de crédito	9	600.000		600.000
Empréstimo e adiantamento a clientes	10	136.061.777		136.061.777
Outros activos	11		5.338.496	5.338.496
<b>Total activos financeiros</b>		<b>147.282.739</b>	<b>5.338.496</b>	<b>152.621.236</b>

2021	NOTAS	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
<b>Passivos Financeiros</b>				
Depósitos de clientes	14	(20.448.618)		(20.448.618)
Emprestimo convertível	15	(24.871.391)		
Outros passivos	16	(4.117.284)	(14.796.423)	(18.913.707)
<b>Total de passivos</b>		<b>(49.437.293)</b>	<b>(14.796.423)</b>	<b>(39.362.324)</b>

COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES (2020)	NOTAS	ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	ACTIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
<b>Activos Financeiros</b>				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	7	3.586.959	-	3.586.959
Disponibilidades em instituições de crédito	8	22.179.232	-	22.179.232
Aplicações em instituições de crédito	9	600.000	-	600.000
Empréstimo e adiantamento a clientes	10	88.725.445	-	88.725.445
Outros activos	11	-	3.448.388	3.448.388
<b>Total activos financeiros</b>		<b>115.091.636</b>	<b>3.448.388</b>	<b>118.540.024</b>

2020	NOTAS	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
<b>Passivos Financeiros</b>				
Depósitos de clientes	14	(10.032.623)		(10.032.623)
Emprestimo convertível	15	(61.582.500)		(61.582.500)
Outros passivos	16	(1.927.837)	(15.512.875)	(17.440.712)
<b>Total de passivos</b>		<b>(73.542.960)</b>	<b>(15.512.875)</b>	<b>(89.055.835)</b>

## b. Instrumentos financeiros ao justo valor

O Futuro não tem nenhum instrumento financeiro com valorização subsequente ao justo valor. A Administração considera que a diferença entre a quantia escriturada e o justo valor dos instrumentos financeiros acima é imaterial e que a quantia escriturada é razoável e aproximada do justo valor uma vez que estes instrumentos financeiros são de curto prazo.



## 32. Justo valor dos instrumentos financeiros

A Futuro utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

**Nível 1:** Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos, para os activos e passivos identificáveis.

**Nível 2:** Outras técnicas de valorização para os quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

**Nível 3:** Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito baixo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos nas demonstrações financeiras numa base regular, a Futuro mediu consistentemente os níveis na hierarquia ao reavaliar a categorização no final de cada período.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor:

2021	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
Activos mensurados a custo amortizado				
Empréstimos e adiantamentos clientes			134.701.159	134.701.159
			<b>134.701.159</b>	<b>134.701.159</b>

2020	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
Activos mensurados a custo amortizado				
Empréstimos e adiantamentos clientes			83.216.882	83.216.882
			<b>83.216.882</b>	<b>83.216.882</b>

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros do Futuro que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

	2021 VALOR CONTABILÍSTICO	2021 JUSTO VALOR	2020 VALOR CONTABILÍSTICO	2020 Justo valor
Activos Financeiros				
Empréstimos e adiantamentos clientes	136.061.777	134.701.159	84.057.457	83.216.882
	<b>136.061.777</b>	<b>134.701.159</b>	<b>84.057.457</b>	<b>83.216.882</b>

O Conselho de Administração considera que o Caixa e disponibilidades em Instituições de crédito, aplicações em outras instituições de crédito e o empréstimo convertível se aproximam do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O Justo valor dos activos e passivos financeiros encontram-se incluídos no montante à data da sua transacção entre partes interessadas, sem que exista uma exigência de liquidação.

Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

- Os activos financeiros são descontados através da utilização dos Bilhetes do Tesouro variando 15,90%.
- Os passivos financeiros são descontados através da FPC de 13,25%.



## 33. Gestão de risco, objectivos e políticas

### Introdução

A gestão do risco é parte essencial para o sucesso do Futuro, desempenhando um papel importante na gestão e permitindo operar mais eficazmente num ambiente em constante mudança. A gestão do risco tem vindo a desenvolver-se com o objectivo de se transformar numa das actividades diárias do Futuro, enquanto aspecto vital para a avaliação de estratégias alternativas e de fixação de objectivos, dentro de uma estrutura de gestão que garante o alinhamento com o grau de tolerância ao risco e com a estratégia global.

O Conselho de Administração é responsável por uma eventual perda sofrida pelo Futuro. Assumir riscos de forma apropriada é parte integrante do negócio e o sucesso depende do grau de optimização do balanceamento entre o risco e o benefício.

#### a. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o Futuro pode sofrer devido a perdas financeiras se os seus clientes ou contrapartes do mercado falharem em honrar os compromissos com o Futuro.

As contrapartes podem incluir os clientes, o Governo e bancos e outras instituições financeiras e não financeiras. O Futuro tem as suas políticas, procedimentos e processos através dos quais controla e monitoriza o risco de todas as actividades.

A exposição ao crédito surge maioritariamente pela via da existência de crédito a clientes. No entanto, o Futuro pode ser exposto a outros riscos de crédito, nomeadamente os que dizem respeito a compromissos e outros que ocorram no decurso das actividades operacionais. Estes riscos são geridos de forma semelhante e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo do risco que surge por via da existência de crédito a clientes.

O objectivo primordial das operações de crédito do Futuro é a geração de rendimentos e a satisfação das necessidades de crédito dos clientes. Como forma de garantir o máximo de eficácia na realização dos seus objectivos, a estratégia do Futuro apresenta uma forte orientação para os clientes, aliada a elementos de capacitação e controlo do risco de crédito.

O relacionamento com o cliente tem como base equipas de “Oficiais de Clientes”, compostas por um líder de equipa e elementos denominados “controlos operacionais”. Estas equipas actuam como o elo

de ligação fundamental do Futuro com os seus clientes que podem ser classificados como “Grupo” (grupos organizados) ou como “Individuais” (clientes empresários individuais). O valor dos empréstimos a clientes Grupo varia entre 6 mil e 30 mil meticais e são garantidos pela responsabilidade conjunta de solidariedade e compromisso dos seus membros. O valor dos empréstimos aos micros, pequenos e médios empresários variam entre 10 mil e 5 milhões de meticais.

Os controlos operacionais são elementos fundamentais para prevenir e mitigar os riscos comuns a que o Futuro está exposto. Os mecanismos de controlo das operações consistem sobretudo em solicitar aos colaboradores e clientes, de forma frequente, um ponto de situação sobre as suas operações e actividades de modo a:

- Identificar acontecimentos fora do comum ou desvios, com a maior brevidade possível;
- Entender as razões dessas ocorrências; e
- Propor soluções para fazer face a estas questões.

O Comité de Crédito é o órgão responsável pela tomada de decisões de aprovação ou rejeição de pedidos de empréstimo.

É função do Comité de Crédito aumentar a sua participação no processo de tomada de decisão e criar um elevado nível de responsabilidade entre os colaboradores envolvidos na atribuição e acompanhamento dos créditos a clientes. Esta responsabilidade é fundamental para a qualidade da carteira de crédito. O Comité de Crédito, com a função de decisão e monitorização, é composto por colaboradores experientes e fidedignos contribuindo para uma eficiência organizacional e tomada de decisão atempada tendo por base as necessidades do cliente e as políticas de risco do Futuro.

### Exposição máxima ao risco de crédito por classes de activos financeiros

Para activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2021 relativamente ao risco de crédito no balanço.

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO RELATIVO A ELEMENTOS DO BALANÇO	2021	2020
Caixa e disponibilidades em Banco Central	3.270.609	3.586.959
Disponibilidades em instituições de crédito	7.350.354	22.179.232
Aplicações em instituições de crédito	600.000	600.000
Empréstimo e adiantamento a clientes	136.061.777	88.725.445
Outros activos	1.263.630	2.883.647
<b>Total do activo na demonstração da posição</b>	<b>148.546.369</b>	<b>117.975.282</b>

## Qualidade de crédito

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito, os instrumentos financeiros foram analisados como segue:

QUALIDADE DO CRÉDITO	STAGE 1	STAGE 2	STAGE 3	POCI	TOTAL	TOTAL
<b>Crédito vivo</b>	<b>127.561.849</b>	<b>2.581.286</b>	-	-	<b>130.143.135</b>	<b>87.453.025</b>
Nem vencido nem em imparidade	127.561.849	2.581.286		-	130.143.135	87.453.025
Em imparidade			-	-	-	
<b>Crédito vencido</b>	-	-	<b>5.918.641</b>	-	<b>5.918.641</b>	<b>3.390.745</b>
Em imparidade			5.918.641	-	5.918.641	3.390.745
<b>Saldo final a 31 de Dezembro 2021</b>	<b>127.561.849</b>	<b>2.581.286</b>	<b>5.918.641</b>		<b>136.061.776</b>	<b>90.843.770</b>

## Activos financeiros que não estão vencidos nem em imparidade

Estes activos são considerados como tendo uma taxa de incumprimento não relevante.

## Activos financeiros avaliados quanto à imparidade

Os critérios que o Futuro utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;
- Quebra no contrato, tais como o incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Existência de fortes evidências de que o cliente vai entrar em falência ou vai sofrer uma forte reorganização financeira;
- Desaparecimento de um mercado viável para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- Observação de dados evidenciando uma diminuição considerável dos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar de tal decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:
  - i. Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
  - ii. Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos;
  - iii. Depreciação do valor do colateral; e
  - iv. Deterioração da posição do cliente;

A política de crédito do Futuro define incumprimento de um determinado cliente quando ocorrem os seguintes eventos:

- O Futuro considera que é pouco provável que o cliente venha a pagar a sua obrigação de crédito na íntegra sem que tenha de exercer a sua opção sobre o eventual colateral; e
- Se a outra parte entra em incumprimento com qualquer condição do contrato.

O Futuro avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos e individual ou coletivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas as exposições com indicação de crédito em incumprimento (activo financeiro com atraso superior a 90 dias) são avaliadas individualmente quanto à imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais um gasto de imparidade é e continua a ser reconhecido não são incluídos na análise da imparidade coletiva.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos de obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

### Avaliação individual de activos financeiros em imparidade

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

### Créditos abatidos ao activo

O Futuro estabelece, através de um encargo que reduz o resultado, uma imparidade para as perdas ocorridas inerentes aos saldos de clientes e outras contas a receber. Depois de identificar um adiantamento como reduzido, e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui que não há uma perspectiva realista para uma futura recuperação e o abate irá existir quando a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável, e não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou a totalidade da dívida.

Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos tenham sido concluídos e o montante das perdas tenha sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito na demonstração do rendimento integral.

### Concentração de risco de crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de clientes que esteja ligado a actividades semelhantes, ou apresentem características económicas similares, se encontra numa situação em que uma mesma adversidade poderá pôr em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. Na data do relatório, não se verificavam concentrações significativas de risco de crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pela quantia escriturada de cada activo financeiro na demonstração da posição financeira.

2021	DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL	DISPONIBILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES	TOTAL
Governo	2.328.428				2.328.428
Financeiro		7.350.354	600.000		7.950.354
Outros sectores				136.061.776	136.061.776
	<b>2.328.428</b>	<b>7.350.354</b>	<b>600.000</b>	<b>136.061.776</b>	<b>146.340.558</b>



2020	DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL	DISPONIBILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES	TOTAL
Governo	1.328.468				1.328.468
Financeiro		22.179.232	600.000		22.779.232
Outros sectores				88.725.445	88.725.445
	<b>1.328.468</b>	<b>22.179.232</b>	<b>600.000</b>	<b>88.725.445</b>	<b>112.833.145</b>

## b. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Futuro ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento aquando dos vencimentos em circunstâncias normais e de pressão. O Futuro mantém uma carteira de activos com bastante liquidez que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa.

O Futuro estabeleceu linhas de crédito com o grupo a que pertence, a fim de obter liquidez caso seja necessário. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral como para o Futuro em particular. O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores de caixa, depósitos de curto prazo e investimentos altamente líquidos com os empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

### Análise dos activos e passivos financeiros por maturidade contratual

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros da Instituição em 31 de Dezembro de 2021:

2021	ATÉ 1 MÊS	1 A 3 MESES	3 A 12 MESES	MAIS DE 12 MESES	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.270.610				3.270.610
Disponibilidades em instituições de crédito	7.350.354		600.000		7.950.354
Crédito a clientes	8.958.525	31.130.038	48.769.662	47.203.552	136.061.776
Outros activos (juros especializados)			1.263.630	11.503.809	12.767.439
<b>Total activos não descontados</b>	<b>19.579.489</b>	<b>31.130.038</b>	<b>49.369.662</b>	<b>58.707.361</b>	<b>160.050.179</b>
Recursos de clientes	(3.853.151)		(16.595.467)		(20.448.618)
Empréstimos				(24.871.391)	(24.871.391)
Proveitos diferidos			(4.117.284)		(4.117.284)
Passivo de direito de uso	(11.770.202)				(11.770.202)
Outros passivos		(3.026.221)			(3.026.221)
<b>Total de passivos não descontados</b>	<b>(15.623.353)</b>	<b>(3.026.221)</b>	<b>(20.712.751)</b>	<b>(24.871.391)</b>	<b>(64.233.715)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>3.956.136</b>	<b>28.103.817</b>	<b>28.656.911</b>	<b>33.835.970</b>	<b>95.816.463</b>

2020	ATÉ 1 MÊS	1 A 3 MESES	3 A 12 MESES	MAIS DE 12 MESES	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos	3.586.959				3.586.959
Disponibilidades em instituições de crédito	21.579.232		600.000		22.179.232
Crédito a clientes		2.118.325	53.477.529	35.247.916	90.843.770
Outros activos	6.312.756				6.312.756
<b>Total activos não descontados</b>	<b>31.478.947</b>	<b>2.118.325</b>	<b>54.077.529</b>	<b>35.247.916</b>	<b>122.922.717</b>
Recursos de clientes	(9.943.442)		(11.208.315)		(21.151.757)
Empréstimo					(12.647.311)
Passivo de direito de uso	(13.971.607)			(12.647.311)	(26.618.918)
Tota de passivos não descontados	(23.915.049)		(11.208.315)	(12.647.311)	(47.770.675)
<b>Total Líquido</b>	<b>7.563.898</b>	<b>2.118.325</b>	<b>42.869.214</b>	<b>22.600.605</b>	<b>75.152.042</b>

### c. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros varie devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de câmbio e cotações.

#### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro decorre de alterações nas taxas de juro com impacto nos fluxos de caixa ou no justo valor dos instrumentos financeiros.

O Futuro monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado na sua posição financeira e fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar em resultado de tais flutuações, mas também podem reduzir ou originar perdas caso ocorram movimentos não previstos. A Administração estabelece os limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada numa base diária.

Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem os saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito e outros activos.

A tabela seguinte resume a exposição do Futuro à taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2021. Os activos e passivos incluídos na tabela estão mensurados pela quantia escriturada e categorizados pelo menor prazo entre a data contratada e a sua maturidade.

RISCO DE MERCADO 2021	< 3 MESES	ENTRE 3 E 12 MESES	> 12 MESES	SEM JUROS	TOTAL
<b>Ativos Financeiros</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos				3.270.610	3.270.610
Disponibilidades em inst. de crédito		600.000		7.350.354	7.950.354
Crédito a clientes	40.088.563	48.769.662	47.203.552		136.061.776
Outros activos				12.767.439	12.767.439
<b>Total activos</b>	<b>40.088.563</b>	<b>49.369.662</b>	<b>47.203.552</b>	<b>23.388.402</b>	<b>160.050.179</b>
<b>Passivos Financeiros</b>					
Recursos de clientes				(21.151.757)	(21.151.757)
Empréstimos			(24.871.391)		(24.871.391)
Proveitos diferidos					
Passivo de direito de uso				(4.117.284)	(4.117.284)
Outros passivos				(3.026.221)	(3.026.221)
<b>Total de passivos</b>			<b>(24.871.391)</b>	<b>(28.295.262)</b>	<b>(53.166.653)</b>
<b>Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira</b>	<b>40.088.563</b>	<b>49.369.662</b>	<b>22.332.161</b>	<b>(4.906.860)</b>	<b>106.883.526</b>

RISCO DE MERCADO 2020	< 3 MESES	ENTRE 3 E 12 MESES	> 12 MESES	SEM JUROS	TOTAL
<b>Ativos Financeiros</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos				3.586.959	3.586.959
Disponibilidades em inst. de crédito		600.000		21.579.232	22.179.232
Crédito a clientes	2.118.325	53.477.529	35.247.916		90.843.770
Outros activos				6.312.756	6.312.756
<b>Total activos</b>	<b>2.118.325</b>	<b>54.077.529</b>	<b>35.247.916</b>	<b>31.478.947</b>	<b>122.922.717</b>
<b>Passivos Financeiros</b>					
Recursos de clientes				(21.151.757)	(21.151.757)
Outros passivos				(13971607)	(13.971.607)
Passivos de direito de uso				(12.647.311)	(12.647.311)
Empréstimo convertível					
<b>Total de passivos</b>	-			<b>(47.770.675)</b>	<b>(47.770.675)</b>
<b>Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira</b>	<b>2.118.325</b>	<b>54.077.529</b>	<b>35.247.916</b>	<b>(16.291.728)</b>	<b>75.152.042</b>

A sensibilidade na demonstração dos resultados e o impacto na alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável a 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 é a seguinte:

	AUMENTO/DIMINUIÇÃO P.P.	Impacto nos resultados antes de impostos
2021	+75 pb	838.428
	-75 pb	-838.428
2020	+75 pb	689.034
		-689.034

#### d. Risco cambial

O Futuro toma em consideração a exposição a possíveis flutuações cambiais nas suas posições financeiras e fluxos de caixa.

RISCO CAMBIAL 2021	MT	USD	TOTAL
<b>Activos financeiros</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos	2.708.650	561.959	3.270.609
Disponibilidades em instituições de crédito	7.878.099	72.254	7.950.354
Crédito a clientes	136.061.777	-	136.061.777
Outros activos	16.842.305	-	16.842.305
<b>Total activos</b>	<b>163.490.831</b>	<b>634.214</b>	<b>164.125.045</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Recursos de clientes	(21.151.757)	-	(21.151.757)
Passivos de direito de uso	(4.117.284)	-	(4.117.284)
Outros passivos	(27.897.612)	-	(27.897.612)
<b>Total de passivos</b>	<b>(53.166.653)</b>	<b>-</b>	<b>(53.166.653)</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>110.324.178</b>	<b>634.214</b>	<b>110.958.392</b>

RISCO CAMBIAL 2020	MT	USD	TOTAL
<b>Activos financeiros</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos	2.977.348	609.611	3.586.959
Disponibilidades em instituições de crédito	21.476.253	702.979	22.179.232
Crédito a clientes	90.843.770	-	90.843.770
Outros activos	6.312.756	-	6.312.756
<b>Total activos</b>	<b>121.610.127</b>	<b>1.312.590</b>	<b>122.922.717</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Recursos de clientes	(21.151.757)	-	(21.151.757)
Passivos de direito de uso	(12.647.311)	-	(12.647.311)
Outros passivos	(13.971.607)	-	(13.971.607)
<b>Total de passivos</b>	<b>(47.770.675)</b>	<b>-</b>	<b>(47.770.675)</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>73.839.452</b>	<b>1.312.590</b>	<b>75.152.042</b>

As tabelas abaixo demonstram a sensibilidade para eventuais alterações em USD mantendo as restantes variáveis constantes. O impacto na demonstração de resultados (antes de imposto) é a mesma que em capital.

	AUMENTO/DIMINUIÇÃO P.P.	ALTERAÇÕES NA TAXA DE CÂMBIOS DE USD	IMPACTO NOS RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS
2021	+75 pb	-0,05%	-31.711
	-75 pb	0,05%	31.711
2020	+75 pb	-0,05%	-65.630
	-75 pb	0,05%	65.630

## e. Risco operacional

O risco operacional é o risco decorrente de falhas de sistemas, processos, erro humano, fraude ou eventos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Futuro, implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Futuro, através de um quadro de controlo e de vigilância, procura responder aos riscos potenciais e gerir e controlar os principais riscos. Os controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acessos, autorizações e procedimentos de reconciliação, formação de pessoal e processos de avaliação.

## f. Gestão de capital

Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Futuro:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte estrutura de capital, que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas actividades; e
- Salvaguarde a capacidade da Futuro em termos de continuidade das suas operações, de forma a continuar a gerar resultados para os accionistas e benefícios aos restantes interessados.

O Futuro cumpre integralmente com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique.

<b>RÁCIO DE SOLVABILIDADE</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
De base principal (Tier 1)	88.929.753	88.929.753
De base (Tier 1)	99.265.857	88.605.431
Risco de crédito	143.531.596	103.960.034
Risco Operacional	9.203.396	7.825.180
Total de Risco	152.734.992	111.785.213
<b>Rácio de adequação - fundos próprios de base (Tier 1)</b>	<b>58,22%</b>	<b>79,55%</b>
<b>Tier Capital I</b>	<b>64,99%</b>	<b>79,26%</b>
<b>Rácio Global</b>	<b>58,22%</b>	<b>79,55%</b>

O cálculo de rácio de solvabilidade de 2020 sofreu um ajustamento dos valores devido a alteração das contas provenientes do processo de auditoria e acertos das fórmulas, sendo que foi devidamente informado ao regulador.



## 34. Eventos subsequentes

Após a data da demonstração da posição financeira e até à data em que o conjunto de demonstrações financeiras foi aprovado para emissão, não houve eventos materiais que tenham ocorrido que necessitem de ajustamento nas demonstrações financeiras.

De referir, contudo, que, durante o mês de Fevereiro de 2022, teve início a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, tendo se vindo a observar desde então impactos na conjuntura macroeconómica internacional e nacional, por via de uma desaceleração do crescimento económico bem como de um aumento generalizado da inflação, com especial destaque no aumento dos preços dos combustíveis.

Não obstante ser expectável que os impactos da guerra venham a gerar um aumento de custos associados a fornecedores e uma diminuição do rendimento disponível por parte da população moçambicana, as avaliações preliminares efectuadas não nos levam a considerar que existam impactos materiais que possam colocar em causa a continuidade do negócio. Deste modo, embora não seja possível nesta fase estimar concretamente os impactos da guerra na estrutura de custos e rentabilidade do negócio, não consideramos que os mesmos condicionem a continuidade operacional do negócio.



---

**Amone D. Paulo**

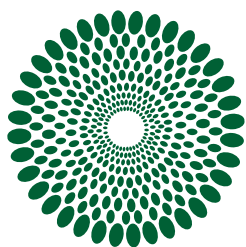
Técnico de contas



---

**Pierre Strauss**

Presidente do Conselho de Administração





**ANEXO À CIRCULAR  
n°3/SHC/20 07**





## MODELO III

### Balanço - Contas Individuais (Activo)

#### 31 de Dezembro de 2021

RUBRICAS		DEZ-21			DEZ-20
		NOTAS / QUADROS	VALOR ANTES DE PROVISÕES, IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	PROVISÕES, IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	
<b>Activo</b>					
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	3.586.959		3.586.959
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	8	22.179.232		22.179.232
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação				
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados				
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda				
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300	Aplicações em instituições de crédito	9	600.000		600.000
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018	Crédito a Clientes	10	141.511.435	(10.837.826)	130.673.608
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade				
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1)	Activos com acordo de recompra				
21	Derivados de cobertura				
25 - 3580	Activos não correntes detidas para venda				
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento				
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis	12	31.708.099	(13.371.882)	18.336.217
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis	13	1.050.669	(988.249)	62.421
24 - 357	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
300	Activos por impostos correntes		100.000		200.000
301	Activos por impostos diferidos				
12 + 157 + 158 (1) + 159 (1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	Outros Activos	11	6.212.756		3.631.837
	<b>Total de activos</b>		<b>206.949.150</b>		<b>164.125.045</b>
					<b>138.064.418</b>

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e nos passivos se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.



## MODELO III (PASSIVO)

### Balço - Contas Individuais (Passivo)

#### 31 de Dezembro de 2020

RUBRICAS		NOTAS / QUADROS	DEZ-21	DEZ-20
	<b>Passivo</b>			
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais			
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociaço			
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituções de crédito			
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211	Recursos de clientes e outros empréstimos	14,15	45.320.008	21.151.757
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos			
44	Derivados de cobertura			
45	Passivos não correntes detidas para venda e operações descontinuadas			
47	Provisões	16	3.242.729	5.816.057
490	Passivos por impostos correntes			
491	Passivos por impostos diferidos			
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital			
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados			
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos	17	15.670.978	21.466.851
	<b>Total de Passivo</b>		<b>64.233.715</b>	<b>48.434.665</b>
	<b>Capital</b>			
55	Capital	18	107.800.000	107.800.000
602	Prémios de emissão	18	23.782.500	23.782.500
57	Outros instrumentos de capital			
-56	(Acções próprias)			
58 + 59	Reservas de reavaliaço			
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados		(41.952.747)	(23.243.642)
64	Resultado do exercicio		10.261.577	(18.709.105)
-63	(Dividendos antecipados)			
	<b>Total de Capital</b>		<b>99.891.330</b>	<b>89.629.753</b>
	<b>Total de Passivo + Capital</b>		<b>164.125.045</b>	<b>138.064.418</b>



## MODELO IV

### Demonstração de Resultados - Contas Individuais

RUBRICAS		NOTAS / QUADROS	DEZ-21	DEZ-20
79 + 81	Juros e rendimentos similares	19	50.470.689	32.142.582
66 + 67	Juros e encargos similares	19	(4.073.790)	(2.151.617)
	<b>Margem financeira</b>		<b>46.396.899</b>	<b>29.990.965</b>
82	Rendimentos de instrumentos de capital			
80	Rendimentos com serviços e comissões	20	5.640.890	4.100.613
68 - 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698	Encargos com serviços e comissões	20	(1.919.286)	(1.190.851)
- 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda			
- 690 + 830 - 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726	Resultados de reavaliação cambial	21	(3.481.381)	134.837
(1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1)	Resultados de alienação de outros activos	22	56.085	460.810
+ 844 (1) - 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração	22	36.129.048	20.756.560
	<b>Produto bancário</b>			
70	Custos com pessoal			
71	Gastos gerais administrativos			
77	Amortizações do exercício			
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888 760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 +	Provisões líquidas de reposições e anulações			
7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	23	(7.864.958)	(2.286.477)
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações			
	<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>10.261.577</b>	<b>(18.709.105)</b>
65	Impostos Correntes Diferidos	28		
74 - 86	Diferidos			
<b>640</b>	<b>Resultados após impostos</b>		<b>10.261.577</b>	<b>(18.709.105)</b>
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas			

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.



## Principais indicadores prudenciais e econômico-financeiros (regulamentares)

O Futuro Nos termos do Aviso n.º 16/2017, do Banco de Moçambique, o banco publica, trimestralmente, no seu website, os seus principais indicadores Prudenciais e Económicos Financeiros (IPs), sendo que para o ano de 2021, foram resumidos na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	2021	2020
<b>CAPITAL</b>		
Rácio de Alavancagem	80,2%	95,3%
Rácio de Solvabilidade	76,3%	79,3%
Tier 1 Capital	64,9%	79,6%
<b>QUALIDADE DE ACTIVOS</b>		
Rácio de Crédito Vencido Até 90 dias	1,7%	2,4%
Rácio de Crédito em Incumprimento (NPL)	2,2%	4,5%
Rácio de Cobertura do NPL	167,8%	221,8%
<b>GESTAO</b>		
Custo de Estrutura	87,47%	132,31%
Custo de Funcionamento	39,21%	63,10%
Rácio de Eficiência	1.668.530	1.094.035
<b>RESULTADOS</b>		
Rácio da Margem Financeira	32,2%	35,0%
Rentabilidade do Activo (ROA)	6,3%	-13,6%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)	7,9%	-14,2%
<b>LIQUIDEZ</b>		
Rácio de Activos Líquidos	91,1%	84,9%
Rácio de Transformação	637,6%	403,4%
Rácio de Cobertura de Liquidez de Curto Prazo	236,4%	245,3%



**09.**

**Relatório e parecer do  
Fiscal Único**

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

### Aos acionistas do Futuro, MCB, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e do mandato que lhe foi conferido, o Fiscal Único do **Futuro, MCB, S.A.** vem submeter a Vossa apreciação o relatório e Parecer que compreendem as actividades por si desenvolvidas e os documentos de prestação de contas do Futuro MCB, relativos ao exercício findo em Dezembro de 2021, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

#### Relatório

O Fiscal Único acompanhou com regularidade e extensão que considera adequada, a evolução das actividades do Futuro MCB, SA., a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obteve, sempre que solicitado, os devidos esclarecimentos e informações do Conselho de Administração.

O Fiscal Único examinou a Demonstração da Posição Financeira e a Demonstração de Resultados referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2021, que permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados do Banco; examinou igualmente as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados que concluiu serem adequados. Finalmente analisou o relatório de gestão que apresenta a evolução dos negócios e situação do Banco, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

O Fiscal Único apreciou, de igual modo o Relatório dos Auditores Externos, Ernst & Young, Lda., relativo as demonstrações financeiras do **Futuro, MCB, S.A** referentes a 31 de Dezembro de 2021 cujo âmbito de auditoria e a opinião expressa mereceu a sua concordância.

#### Parecer

Face ao exposto, o Fiscal Único é de opinião que, relativamente ao exercício de 2021, as Demonstrações Financeiras e o relatório do Conselho de Administração estão de acordo com as disposições legais, estatutárias aplicáveis, pelo que recomenda a sua aprovação em Assembleia Geral dos Acionistas.

O Fiscal Único expressa o seu voto de confiança ao Conselho de Administração e seus colaboradores pela dedicação e zelo com que têm servido a Sociedade.

Maputo, 25 de Abril de 2022

Fiscal Único  
**Loide Carolina Mudanisse**





**Futuro** mcb

Estrada Nacional 8  
Bairro de Namutequeliua - Nampula

+ 258 84 314 0799  
[contato@futuromcb.com](mailto:contato@futuromcb.com)